

**MANDATO XIII****ATA Nº. 15/2023****SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2023**

*Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Braga, no pequeno Auditório do Altice Forum Braga, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor Américo dos Santos Afonso, como Primeiro Secretário e do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Segundo Secretário. **MAIORIA LEGAL - A SRª. PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e quatro membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Filipe Monteiro Marques, Maria do Pilar Araújo Teixeira, Bento Duarte da Silva, Augusto Alexandre da Cunha Dias, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Maria Manuela de Freitas Marques, João Diogo Fernandes Ferreira, António José Pereira de Freitas, Maria José da Cunha Correia, Carlos Alberto Sousa Duarte Neves, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Marta Salomé da Silva Oliveira de Brito, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, José Carlos Vaz da Silva, Palmira Maciel Fernandes da Costa, João António de Matos Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, Catarina Lourenço Ribeiro, José Miguel Ferreira da Silva, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo,*

*Nélson Jorge Ferreira Duarte, Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro, Pedro Afonso Teles, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Sara Adelaide Fernandes Dias, Bárbara Andreia Ribeiro Gomes, João Jorge Ferreira Baptista, Sandra de Oliveira Cardoso, André Costa Castanho Correia, António Meireles de Magalhães Lima, Maria Norberta de Abreu Ferreira Grilo, António Filipe Dias Melo Peixoto, Sérgio Alcindo Leite Pereira Junior, Tiago Jorge Monteiro Teixeira, Bruno Miguel Carvalho Machado, Abel Bruno Ferreira Gomes, Maria Guilhermina da Costa Vieira, Manuel Jorge Miranda Pereira, João Miguel Vilaça Pires, Daniel Fernandes Pinto, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Oliveira da Silva, Carlos Miguel da Silva Abreu Guimarães, José João Pereira Correia, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, João Carlos da Costa Nogueira, Carolina Nogueira Vilaça Teixeira, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, José Carlos Ribeiro Ferreira, Eduardo Araújo Fernandes, Carmindo João da Costa Soares, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, Jorge Fernando da Silva Dias, Manuel de Azevedo Martins, José António Pinto de Matos, Nuno Filipe Ferreira da Silva, César Manuel Faria Gomes, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes da Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Rolando Manuel Oliveira Vilaça, Manuel Joaquim Ferreira Coelho e Paulo Manuel Vilaça Ferreira.*

**SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO:** *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Maria Ester da Silva Taveira, Maria Angelina Pinto Rodrigues, João Orlando Travassos de Freitas Alcaide, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, Sofia Patrícia Travassos de Freitas Almeida, Ana Margarida*

*Sarmiento Manso da Silva Macieira, Jorge Daniel Paredes Abreu, Inês Patrícia Ferreira Alves Varajão Borges, António Carlos Vieira Barroso, Fernando Manuel Martins Viana, Regina Ferreira Alves, Miguel Nuno Barbosa da Cunha, Maria Alexandra Palmeira Álvares Pereira de Lima Antunes Lopes, Diogo Carlos Mendes Almeida da Silva, José Pedro Pires Machado, José Eduardo Gouveia Silva Pinheiro, Bruno Alexandre Rocha Gonçalves, Fausto Alves Farinha, Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves, Susana Rafaela Ferreira Leite, Bruno Miguel Pereira Torres, Bruna Daniela Gonçalves do Coto, Augusto José Gonçalves Oliveira Gomes, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, João Pedro Carvalho Melo, Sandra Cristina Andrade Carvalho e João Manuel Garcia Rodrigues. **FALTOU O SEGUINTE MEMBRO:** José Manuel Lopes Ferreira. **A SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA MESA** informou que a partir daquela data ficaria online o site da Assembleia Municipal de Braga, alertando para o facto de o mesmo ser uma ferramenta que poderia ser sempre melhorada. Relativamente ao Regimento que constava no site, foi o aprovado em dois mil e treze, tendo sido trabalhado a partir daí, porque o Regimento do presente mandato só teve as alterações dos tempos de intervenção, por existirem mais grupos municipais, sendo que na prática o texto seria o mesmo. Quando estivesse concluída a revisão, seria apresentada na Assembleia Municipal e disponibilizada no site do mesmo órgão. Passou-se ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**. Neste período registou-se a intervenção do **SR. RUI JORGE CABRAL**, que começou por revelar que era professor, mas que o que o levou ali não era essencialmente a situação de professor, mas a de encarregado de educação de um aluno de uma escola da cidade. Aproveitava também o facto de ser professor para poder falar um bocadinho e tecer algumas considerações. Em relação aos professores, viviam-se momentos conturbados, como todos sabiam, momentos de luta e de manifestações.*

*Era uma classe profissional um bocadinho esquecida pela tutela, mas os professores continuavam sempre resilientes, profissionais, sempre altruístas. Lembrava a situação da pandemia em que foi a escola que acabou por conseguir fazer um trabalho de mudança, para que os alunos e as suas famílias não perdessem muita coisa. Ainda bem que naquela casa também foram reconhecidos, porque lembrava-se que na altura fizeram um voto de louvor à escola pública e aos professores, por esse trabalho. Nos últimos anos, a escola abriu-se muito à comunidade. A parceria com o Município era muito importante, pois era sempre importante o poder político estar perto das escolas ou dentro das escolas, e foi criado um órgão que era o Conselho Geral. O orador prosseguiu a sua intervenção, dizendo que: “muitos de vocês que estão aqui, nomeadamente Presidentes de Junta, fazem parte desses Conselhos Gerais, que são um dos órgãos mais importantes, senão mesmo o mais importante dos agrupamentos de escolas. Existem reuniões muito importantes, debates sempre importantes sobre o que se passa na vida da escola e todos os presentes, que fazem parte desses conceitos gerais, devem estar presentes, devem ser ativos, devem ser interventivos, não se limitarem a estar lá, mas a terem um papel importante. Devem-se inteirar de todos os problemas existentes, das ilegalidades que às vezes ocorrem na escola. Se calhar não ir só às reuniões, mas também ir à escola com alguma regularidade, ir aos agrupamentos ver quais são as dificuldades, ver quais são os constrangimentos e tentar mudar aqui alguma coisa. Portanto, vocês, no fundo, são a voz dos professores, são a voz dos assistentes operacionais, são a voz dos encarregados de educação. Passando agora a parte em que sou encarregada de educação de um aluno da Escola EB de São Vítor, Escola Básica de São Vítor, e falando das mudanças que foram havendo, houve muitas competências que passaram para o Município e queria falar aqui de duas, essencialmente uma, que tem a ver com as atividades de enriquecimento*

*curricular que existem nas escolas, nomeadamente na minha escola, mas existem nas outras todas também que, se calhar, devem ser revistas, saber o que é que se faz, com quem é que faz, que professores que estão lá, quem é que está a trabalhar com os meninos, quando falta o que acontece. Faço parte também da Associação de Pais desta escola, temos alguma dificuldade em saber realmente o que é que se está a trabalhar e o que é que está a ser feito e é importante dar a conhecer aos encarregados de educação, tudo aquilo que é feito na escola. Dando aqui dois exemplos muito claros, uma AEC de música onde os alunos estão a desenhar e a pintar, se calhar, numa vez ou outra, tudo bem, mas de uma forma sucessiva penso que não é uma AEC que que traga mais valia. Outro exemplo, a atividade física em que uma AEC de atividade física, onde os alunos estão sempre a fazer a mesma atividade, também penso que isso não é o ideal para crianças de seis, sete, oito, nove anos em que precisam de uma variedade de estímulos que promovam uma atividade física e uma vida um bocadinho mais saudável. Portanto, acho que era importante ser feito um repensar sobre estas atividades. Outra das situações que é uma situação que para mim acaba por ser um bocadinho mais grave, que tem a ver com a componente de apoio à família, precisamente nesta escola do primeiro ciclo. Não sei se o que está a acontecer nas outras, sei de outras realidades, mas nesta escola não existe CAF para o primeiro ciclo. Existe um Decreto-Lei de dois mil e dezanove, número vinte e um barra dois mil e dezanove de trinta de janeiro, que já lá vão quatro anos em que define competências dos órgãos municipais no domínio da educação e o artigo trinta e nove fala da escola a tempo inteiro. E quando falamos em escola a tempo inteiro, este Decreto-Lei fala em acompanhamento de alunos do primeiro ciclo, antes e depois da componente do currículo e das AECs, bem como durante os períodos de interrupção letiva. Portanto, na escola que estou a referir, que é a escola de São Vítor, a escola abre às nove horas, fecha às*

dezassete horas e trinta minutos. Às nove horas o estacionamento é caótico, portanto é uma das escolas que não tem também o “Kiss and Go”, que é uma escola do centro da cidade e foi solicitada à Associação de Pais para a criação desta CAF. O Município e o agrupamento dizem que não há espaço e não percebemos como é que não há espaço, se a escola tem o serviço de refeições onde os alunos, depois da refeição, ficam cerca de duas horas no espaço à vontade, e a escola também tem AECs, portanto existem momentos em que os alunos estão na escola em atividade. Portanto, a única coisa que peço é que se veja o que é que se está a fazer noutras escolas, como é que funcionam as CAFs nas outras escolas e que seja cumprida a lei que já existe há quatro anos e que nesta escola não é cumprida.” Seguiu-se a intervenção do **SR. MÁRIO VEIGA GOMES**, para dizer que não queria fazer nenhum protesto, mas apenas informar que: “no lugar onde vivo, que é o Largo vinte e cinco de abril, foi mudado o piso e peço encarecidamente que mudem esse piso, porque não consigo descansar e vou dizer porquê. Já mudei três vezes as minhas portadas e janelas, porque o piso não é favorável para transitarem veículos automóveis. Há uma parte, que é para recreio das crianças e para as pessoas poderem sentar-se quando há fresca, tudo muito bem. Agora, onde passam automóveis, pôr aquele piso? Não, isso não dá. Puseram umas lajes ao pé da Igreja da freguesia, que é onde moro, Largo vinte e cinco de abril, freguesia de Frossos, onde está implantada a Igreja da freguesia, passa trânsito que gostava que estas pessoas que puseram lá este piso, que estivessem lá a ouvir, ou então desafio quem lá quiser ir a minha casa passar uma noite, que tenho casa onde ficar e vão lá ver se conseguem lá ficar. Lamento isto que estou a dizer, não queria cá vir sequer, mas como prometi a um Senhor Dr. Juiz, que não aparecia em mais nenhuma reunião da Assembleia de Freguesia, vim cá ver se me ouvem. Não consigo descansar. Eu acordo mais cansado, do que andar todo dia a pé. Não trabalho, estou reformado, mas estou farto daquele piso. Estou no limite”. A terceira intervenção foi protagonizada pelo **SR. CARLOS**

**MANUEL RIBEIRO DA SILVA DOBREIRA**, tendo referido que: “a segurança dos utentes, em particular das crianças do Jardim de Infância de Dume e da EB um de Gandra-Ferreiros, tem de ser salvaguardada. Urje proceder à pintura e fixar corretamente as estruturas metálicas de proteção à saída destes dois estabelecimentos, refiro-me às guardas destes dois estabelecimentos. Nesse sentido, venho perguntar aos autarcas de Dume e de Ferreiros se vão agir em relação a esta preocupação ou vai ficar tudo na mesma. Alertava ainda para o excesso de velocidade nas imediações desses estabelecimentos. No caso do Jardim de Infância de Dume, observam-se excessos de velocidade de carros topo de gama vindos das ruas do Passal e de São Frutuoso. Em relação à EB dois-três de Braga Oeste-Cabreiros é necessário proceder à repavimentação da entrada na escola, com destaque para o acesso à zona do portão principal. Há muitos buracos, mas também piso desnivelado, e aqui é curioso porque há alguns avós e familiares que ainda vão buscar as crianças, por acaso fui lá visitar e constatei isso. A propósito deste estabelecimento, venho questionar a Vereadora da Educação sobre as condições de segurança do estabelecimento. Na passada terça feira pude constatar que há uma parte do gradeamento, na rua da escola, apenas assegurada por vedação provisória. E também aproveito a ocasião para alertar o Presidente da União de Freguesias de Cabreiros e Passo São Julião, para a situação do aquecimento. Existe ou não insuficiência e/ ou inexistência de aquecimento nas instalações desta escola? O país tem assistido à luta férrea dos profissionais da educação, desde dezembro de dois mil e vinte e dois. Atingiu-se a saturação. A luta tem sido determinada no concelho de Braga. São muitos os motivos da saturação, entre eles a falta de respeito para com a profissão do professor, por parte de governos sucessivos do PPD-PSD, CDS-PP e PS, dos alunos e da sociedade em geral. A indignação face à precariedade laboral dos professores contratados, à área

geográfica dos QZP, ao sistema obsoleto de avaliação de desempenho dos docentes, às quotas de acesso ao quinto e ao sétimo escalão, à não contagem integral do tempo de serviço docente, ao desfasamento do sistema de ensino português em relação à realidade ambiental, laboral, social, ao falhanço do Decreto-Lei número cinquenta e quatro, de dois mil e dezoito, de seis de julho, da educação inclusiva, à injustiça na contabilização de dias de trabalho declarados à Segurança Social, ao desrespeito pelas professoras mães no que respeita à atribuição efectiva de horários flexíveis. A escola pública colapsou, está atolada de burocracia e de papéis, permissivo ao uso e abuso de tecnologias, inclusivé os telemóveis facultados pelos pais e encarregados de educação dos alunos. A escola está também sem recursos humanos suficientes, por exemplo, no concelho de Braga, faltam técnicos nas especialidades de Psicologia, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional, Língua Gestual Portuguesa. Estamos a falar do pessoal não docente, mas também estamos a falar do pessoal não docente, daqueles que por vezes são os mais visíveis, são os assistentes operacionais e assistentes técnicos. Será aceitável que uma assistente operacional que completa trinta e nove anos de serviço em julho de dois mil e vinte e três, tenha um vencimento ilíquido de setecentos e cinquenta e sete euros e um cêntimo e que com os descontos para a Caixa Geral de Aposentações, ADSE, IRS receba um vencimento líquido de setecentos e cinquenta euros e sessenta quatro cêntimos? Face ao exposto, estranho o silêncio do Conselho Municipal de Educação de Braga para o qual fui eleito, e porque não podemos continuar a aceitar o que se está a passar, achei por bem vir aqui lamentar publicamente esse silêncio e inércia do Conselho Municipal de Educação e, por consequência, comunicarei que irei publicamente apresentar a minha demissão como representante do pessoal docente do ensino básico neste quadriénio.”

Passou-se, depois, ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, que teve



*início com a apresentação de um Voto de Pesar, pelo Sr. Deputado do Chega, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO, que salientava: “o Papa Bento dezasseis, nascido a dezasseis de abril de mil novecentos e vinte e sete na Alemanha, Joseph Ratzinger, filho de um polícia e de uma cozinheira, foi ordenado sacerdote juntamente com seu irmão George, em vinte e nove de junho de mil novecentos e cinquenta e um, em Munique. Entre mil novecentos e sessenta e dois e mil novecentos e sessenta e cinco, participou no Concílio Vaticano Segundo como perito. A vinte e cinco de março de mil novecentos e setenta e sete foi nomeado arcebispo de Munique e Freising por Sua Santidade o Papa Paulo sexto, arcebispo de Munique, e no Consistório de vinte e sete de junho desse mesmo ano, é promovido à dignidade cardinalícia. Reconhecido como um dos maiores teólogos de sempre e já apontado como o futuro doutor da Igreja, o então Cardeal Ratzinger foi nomeado como prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé por Sua Santidade o Papa São João Paulo Segundo, no ano de mil novecentos e oitenta e um, exercendo com zelo e espírito de serviço este cargo durante vinte e três anos. Pelo merecido reconhecimento sempre teve enquanto teólogo foi por dez vezes doutor Honoris causa entre os anos de mil novecentos e oitenta e quatro e dois mil quinze. Eleito Papa no conclave a deanove de abril de dois mil e cinco, tomou posse no dia vinte e quatro e sucedeu a São João Paulo Segundo na cadeira de São Pedro, tornando-se o duo centésimo quinto papa católico. Após a sua eleição, apresenta-se na Praça de São Pedro como um simples e humilde trabalhador na vinha do Senhor, e escolhe como lema do seu papado um significativo “cooperatores veritatis”, cooperadores da verdade. Em dois mil e dez, o Santo Padre visitou Portugal num convite conjunto do Presidente da República, Professor Aníbal Cavaco Silva, do Bispo de Leiria-Fátima, Dom António Marto, e da Conferência Episcopal Portuguesa, chegando a Lisboa a onze de maio, onde celebrou missa no*

*Terreiro do Paço. No dia seguinte, rumou ao Santuário de Fátima, onde presidiu às celebrações comemorativas das aparições de Nossa Senhora de Fátima aos três pastorinhos. No dia onze de fevereiro de dois mil e treze, durante um consórcio convocado para a realização de três canonizações, afirmando-se sem forças para continuar a exercer adequadamente o ministério petrino, em que muito se deveu às pressões que pairavam sobre a Igreja, anunciou a sua renúncia com efeitos a partir das vinte horas do dia vinte e oito seguinte, permanecendo na condição de emérito até à sua morte, no passado dia trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, aos noventa e cinco anos de idade. Durante o seu pontificado assinou três encíclicas da mais elevada importância, Deus Caritas es e Caritas in Veritate, e presidiu a três Jornadas Mundiais da Juventude. O seu pontificado fica marcado pelo combate ao relativismo e ao secularismo do mundo ocidental e pela defesa das questões bioéticas. Combateu o aborto, a eutanásia e a cultura do descarte na família, não se cansando de alertar para as questões ecológicas e crises financeiras mundiais. Foi um personagem de extraordinária grandeza espiritual e capacidade de amor ao próximo, que resultou no indiscutível contributo para todo o ser humano. Pelo exposto, reunida em sessão plenária, a Assembleia Municipal de Braga manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Sua Santidade o Papa Bento dezasseis e transmite as mais profundas condolências aos seus familiares, amigos e a todos os católicos.” Posto à votação, foi o presente voto de pesar **aprovado com três abstenções e com quatro votos contra**. Seguiu-se a apresentação de mais um **Voto de Pesar**, pela Sr<sup>a</sup>. **Deputada do PSD, MARIA DO PILAR ARAÚJO TEIXEIRA**, que revelava: “Na madrugada do dia seis de fevereiro, um sismo com magnitude sete ponto oito na escala de Richter devastou o sudeste da Turquia, noroeste da Síria, provocando, juntamente com as réplicas que se seguiram, um cenário dramático de destruição. O número de vítimas ultrapassa as quarenta e nove mil*

*peessoas, enquanto os feridos ultrapassam os cem mil, mas este número deverá continuar a subir, considerando as seissentas mil casas destruídas e as muitas pessoas que ainda estão dadas como desaparecidas, no maior desastre da história moderna da Turquia e da Síria. As temperaturas negativas, a chuva e a neve, bem como as sucessivas réplicas, algumas de grande intensidade, farão também, infelizmente, subir estes números desta que é já considerada uma das maiores catástrofes do século vinte e um. Esta tragédia aconteceu precisamente no dia em que o executivo municipal aprovou por unanimidade o protocolo de gemação entre Braga e Gaziantep, uma das cidades mais antigas do mundo, situada no sudeste da Turquia, junto à fronteira com a Síria. Gaziantep é a cidade criativa da gastronomia da UNESCO e, tal como Braga, integra a Euro Cities. Além da catástrofe de perdas humanas, Gaziantep viu o seu património histórico como o seu castelo, com cerca de dois mil anos parcialmente destruído. A comunidade internacional, incluindo Portugal, mobilizou-se para prestar apoio nos locais afetados quando decorreram as operações de salvamento. Infelizmente, agora já não há esperança de se encontrar sobreviventes. Mas, felizmente, no meio desta desgraça, alguns pequenos milagres aconteceram, como o caso das três pessoas, incluindo uma criança, que foram resgatadas com vida dos escombros de um prédio na cidade de Antaquia, no sul da Turquia, duzentas e noventa e seis horas após o terremoto ou da bebé que nasceu nos escombros. Citando a jornalista Ana Tecedeira do Diário de Notícias, “no ano em que a Turquia celebra o centenário da República, esta terra que já acolheu o grande Império Otomano saberá com certeza erguer-se do pó, com a preciosa ajuda de toda uma comunidade internacional que, em momentos de tragédia como este, está a mostrar que consegue esquecer velhas e novas rivalidades para se mostrar solidária com quem está a sofrer”. Neste contexto, o grupo principal do PSD propõe que a Assembleia*

*Municipal, na sua sessão de vinte e quatro de fevereiro dois mil e vinte e três, delibere realizar um minuto de silêncio, mostrando o seu profundo pesar pelas vítimas desta tragédia e total solidariedade com o povo de Gaziantep e todo o povo turco e sírio”. O Sr. Deputado do P.S., PEDRO AFONSO TELES apresentou um outro Voto de Pesar que dizia: “Desde o passado dia seis de fevereiro de dois mil e vinte e três que vários terremotos atingiram a Turquia e a Síria e esses eventos afetaram sobretudo as pessoas mais vulneráveis nesses territórios. Infelizmente, o número de mortos já ronda os cinquenta mil, embora governos, organismos internacionais e organizações de ajuda humanitária tenham manifestado apoio e mobilizado ajuda humanitária, é necessário fornecer apoio e distribuir ajuda em todas as áreas afetadas. É urgente apoiar as vítimas do terremoto, em particular os grupos mais vulneráveis, minorias étnicas e todas as pessoas gravemente feridas e afetadas pelo terremoto. É urgente permitir que as organizações humanitárias operem em zonas de conflito e apelar a todas as partes para permitir o acesso humanitário a todos os civis. É urgente exortar os organismos internacionais a financiar a assistência humanitária às pessoas afetadas pelo terremoto na Turquia e na Síria, sem discriminação ou politização e em conformidade com o direito internacional humanitário. É urgente apelar à comunidade internacional para levantar algumas restrições políticas à entrada de ajuda no noroeste da Síria. A grande catástrofe que se abateu sobre o povo sírio deve mudar o curso do conflito na Síria e abrir a porta para o respeito dos direitos humanos em todas as regiões afetadas nos últimos anos. Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista, nesta Assembleia, propõe um voto de pesar às famílias dos sírios, turcos e curdos, vítimas do assustador terremoto no sul da Turquia e norte da Síria. Deseja uma rápida recuperação a todos os feridos e propõe um minuto de silêncio nesta assembleia”. Postos à votação, foram os presentes votos de pesar **aprovados por unanimidade**,*

*seguidos de um minuto de silêncio. Seguiu-se a apresentação de mais um Voto de Pesar pelo Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO com o seguinte conteúdo: “O Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto foi assinalado no passado dia vinte e sete de janeiro. Relembramos o genocídio de cerca de seis milhões de judeus realizado pelas tropas alemãs durante a Segunda Guerra Mundial em diversos campos de concentração. A política de extermínio levada a cabo pela Alemanha nazi, não só do povo judeu, mas também de ciganos, eslavos e todos aqueles que, pelas suas crenças, orientação sexual, condições físicas, ideologias políticas, foram perseguidos, veio demonstrar que países até aí tidos como civilizados podiam deixar de vir ao de cima o que de pior existe no ser humano? Esta é uma memória do Holocausto que não pode ser esquecida e que deve passar de geração em geração, servindo mesmo de exemplo para que nos dias de hoje se contrarie qualquer forma de anti-semitismo, de intolerância e de xenofobia. Pretendemos igualmente homenagear os portugueses que ajudaram à fuga de milhares de judeus, mesmo contra as ordens do governo da altura. São eles diplomatas Aristides de Sousa Mendes, Garrido Sampaio, Teixeira Branquinho e ainda o Padre Joaquim Carreira. Um dos livros sagrados judaicos, refere que quem salva uma vida salva o universo. E foi o que todos eles fizeram. Assim, a Iniciativa Liberal propõe que a Assembleia Municipal de Braga reunida no dia vinte e quatro de fevereiro, manifeste o seu mais profundo pesar por todas as vítimas do Holocausto, guardando um minuto de silêncio”. Posto à votação, foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade**. A **SRª. PRESIDENTE DA MESA** informou a existência de mais votos com a solicitação de um minuto de silêncio e teriam que decidir se fariam um minuto de silêncio por cada voto ou um no total, sendo que os votos eram diferentes e situações diferentes. Interveio o Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** para*

dizer que: “não sabia que havia tantos votos de pesar também com pedidos de minutos de silêncio e pensava que era uma situação que agora basicamente juntaria um outro tipo de votos coincidentes. Como são matérias muito distintas, percebendo que isso provavelmente nos levaria a ter vários minutos de silêncio, propunha, de acordo com aquilo que tem sido a nossa prática e respeitando até a sugestão que o colega da Iniciativa Liberal, há pouco, nos deu, que juntássemos, de facto, esses votos no que diz respeito aos minutos de silêncio. Não é uma questão de desconsideração. Percebo que é um tratamento diferenciado e, por isso, se a Iniciativa Liberal assim o considerar, far-se-á um minuto de silêncio relativamente a este voto. Mas propunha, até porque temos uma agenda preenchida e sem desprimor, sem tirar qualquer tipo de carga emocional e de valorativa aos votos que estão aqui, aos minutos de pesar que teremos, que os agregássemos assim que fossem terminados.” O Sr. **Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO** usou da palavra para referir que: “propus que se juntasse porque perspectivava que algo acontecesse deste género. Mas atendendo que já existe precedência nos votos anteriores, acho que a Assembleia deve ser coerente e manter o mesmo procedimento que adotou nos votos iniciais, acho que é isto que deve ocorrer.” A **SRª PRESIDENTE DA MESA** informou que existiam mais quatro votos de pesar com a proposta de se fazer um minuto de silêncio e também a existência de uma proposta para esse minuto de silêncio comum no final, em relação a todos os que ainda faltavam. O Sr. **Deputado do PS, JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, colocou um ponto de ordem à Mesa, tendo referido que aquela situação era uma prática com antecedentes e que deveria ser mantida exatamente como foi proposto pelo Sr. Deputado João Marques e como combinado numa Conferência de Líderes. A **SRª PRESIDENTE DA MESA** comunicou que na ausência de oposição, ficou decidido que o minuto de silêncio

seria efetuado no final de todos os votos de pesar. A palavra foi dada à **Sr.<sup>a</sup> Deputada do B.E., MARIA NORBERTA DE ABREU FERREIRA GRILO** para apresentar outro **Voto de Pesar** do seguinte teor: “Sofia Saldanha nasceu em Braga, em mil novecentos e setenta e cinco. Fez aqui a sua formação inicial e iniciou a sua carreira como profissional da rádio, realizadora de documentários sonoros na Rádio Universidade do Minho, onde trabalhou por quinze anos. O seu trabalho levou-a além-fronteiras e foi reconhecido com prémios e nomeações em festivais dedicados ao rádio nos Estados Unidos da América, Alemanha, Irlanda e Croácia. Estes trabalhos foram divulgados tanto em Portugal, principalmente através da Rádio Antena dois como fora na BBC e em várias outras emissoras. Além do seu trabalho notável, Sofia Saldanha ganhou a admiração de quantos conviveram com ela e pela sua dedicação às causas e às pessoas. Sofia Saldanha faleceu a vinte e cinco de dezembro de dois mil e vinte e dois e o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Municipal um voto de pesar em homenagem à sua memória”. Posto à votação, foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade**. Seguiu-se a apresentação de mais um **Voto de Pesar** pela **Sr.<sup>a</sup> Deputada do P.S.D., MARIA MANUELA DE FREITAS MARQUES** do seguinte teor: “João Maurício Fernandes Salgueiro nasceu em Braga, a quatro de setembro de mil novecentos e trinta e quatro e faleceu em Lisboa a dezassete de fevereiro de dois mil e vinte e três. Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa e pós-graduado em Planeamento Económico e Contabilidade Pública pelo Instituto de Estudos Sociais de Haia, nos Países Baixos. A sua atividade profissional, político-partidária e participação na militância cívica, foi uma marca pessoal relevante na construção de valores para o humanismo e no desenvolvimento da democracia na sociedade portuguesa. Foi diretor do Departamento Central do Planeamento e

*presidente do Conselho de Administração do Banco de Fomento Nacional, exercendo o mesmo cargo na Caixa Geral de Depósitos. Foi presidente da Associação de Bancos Portugueses, foi vice-governador do Banco de Portugal, presidiu à Juventude Universitária Católica e participou na fundação da SEDES (Associação para o Desenvolvimento Económico e Social) no período da Primavera Marcelista. Foi Subsecretário de Estado do Planeamento no Governo de Marcello Caetano. Depois do vinte e cinco de abril, aderiu ao Partido Social Democrata, tendo sido candidato à presidência do PSD em maio de mil novecentos e oitenta e cinco. Entre mil novecentos e oitenta e um e mil novecentos e oitenta e três foi Ministro de Estado e Ministro das Finanças e do Plano no oitavo Governo constitucional, Governo de Pinto Balsemão. A oito de junho de dois mil e dez, foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo. Foi membro do Conselho Económico e Social, vogal do Fundo de Garantia de Depósitos e colaborador da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, onde dirigiu o Seminário de Economia Europeia. Em dois mil e treze, foi nomeado sócio honorário do MIL, Movimento Internacional Lusófono. Foi membro do Conselho das Antigas Ordens Militares. Em dois mil e dezassete foi agraciado com o Doutoramento Honoris Causa pela Universidade Nova de Lisboa. Em cinco de dezembro de dois mil e vinte e um, foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante Dom Henrique, na qualidade de fundador e Presidente da Assembleia Geral da SEDES - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social. Pelo seu percurso e reconhecimento como homem de participação ativa e relevância ao serviço do país, o Grupo Parlamentar do PSD propõe que a Assembleia Municipal delibere aprovar o presente voto de pesar pelo seu falecimento; manifestar à família as mais sentidas condolências e observar um minuto de silêncio em sua homenagem”. Posto à votação, foi o presente voto de pesar **aprovado por***



*unanimidade. Foi dada a palavra ao SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CABREIROS E PASSOS SÃO JULIÃO, JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA para apresentar outro Voto de Pesar, do seguinte teor: “António Salgado Rodrigues Pereira nasceu em vinte e cinco de dezembro de mil novecentos e vinte e oito. Natural da freguesia de Martinho, concelho de Barcelos, foi em Passos São Julião que desenvolveu a sua vida pessoal e profissional. Faleceu em Passos São Julião, em vinte e um de janeiro de dois mil e vinte e três, aos noventa e cinco anos. Homem simples, mas de uma enorme capacidade de trabalho, pautou a sua vida, enquanto cidadão, por uma relação muito próxima com a sua comunidade, nos mais diversos sectores (civil, social, religioso), procurando sempre ajudar na resolução dos problemas, traçando e concretizando sempre novos objectivos. Fruto da sua actividade profissional e apesar da sua ligação mais forte a Passos São Julião, era também, uma pessoa reconhecida e querida nas freguesias vizinhas, em especial na freguesia de Cabreiros. Fez parte do primeiro executivo da Junta de Freguesia de Passos São Julião, na sequência das primeiras eleições autárquicas, nos pós vinte e cinco de abril. Foi presidente da Junta de Freguesia no mandato seguinte, entre mil e novecentos e mil novecentos e oitenta e quatro. Em tempos em que as pessoas tinham muitas dificuldades no acesso a bens essenciais, foi no seu mandato que foi impulsionada a distribuição de iluminação pública pela freguesia de Passos São Julião e a construção de um sistema de ramais e fontanários de água que, desde a serra, chegou às zonas mais populosas da freguesia um sistema, aliás, que ainda hoje está em funcionamento. Num tempo em que faltava quase tudo e em que os investimentos públicos eram escassos, deixou a sua marca na sua passagem pela Junta de Freguesia de Passos São Julião. Mas, acima de tudo, ficou a delicadeza e a afabilidade de um homem respeitador e respeitado por todos. Prova disso é que, tendo sido eleito nas listas do CDS, sou eu*

aqui a apresentar o voto, um eleito por um partido diferente. Assim, reunida a vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e três, a Assembleia Municipal de Braga aprova um voto de pesar pelo falecimento do Senhor António Salgado Rodrigues Pereira, dele dando nota pública à família enlutada”. Posto à votação, foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade**. A **Sr.<sup>a</sup> Deputada do C.D.S./P.P., MARTA SALOMÉ DA SILVA OLIVEIRA DE BRITO** apresentou um **Voto de Pesar** que referia: “Só um louco pode desejar guerras. A guerra destrói a própria lógica da existência humana, disse Pablo Neruda, prognosticando a loucura que o líder russo teima em impor ao mundo. Há precisamente um ano, a Rússia iniciou uma invasão em grande escala na Ucrânia, de forma ilícita e desproporcional, em clara violação da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional, que protegem a paz, a autodeterminação dos povos e a inviolabilidade das suas fronteiras. A Rússia tem espalhado a morte e a destruição na Ucrânia, de uma forma selvática e deliberada, não distinguindo alvos civis ou militares, sujeitando o Povo Ucrainiano e a Europa a uma guerra ignóbil na qual não se vislumbra o fim. As cidades são alvo de bombardeamentos atroz. Infantários, escolas, hospitais, edifícios residenciais, entre tantos outros, são destruídos sem critério nem humanidade, semeando o medo e o terror nos milhões de pessoas atingidas pela guerra. Matam-se indiscriminadamente jovens e idosos. As crianças que ficarão traumatizadas para toda a vida, viram muitos dos seus progenitores desaparecerem. Muitas outras tornaram-se refugiados de guerra, deslocados e despojados do direito de estudarem, de crescerem e de viverem no país onde nasceram. Cometeram-se e cometem-se, dia após dia, os mais atroz crimes de guerra. Mulheres e mesmo crianças são violadas por soldados. A população mais frágil é sujeita à fome, ao frio, e muitos estão privados dos mais básicos cuidados de saúde. A Rússia regressa ao imperialismo assassino do período

*soviético, onde há precisamente noventa anos, nesta mesma Ucrânia, sujeitou à morte e à fome milhões de ucranianos no Holodomor! A Humanidade e o Mundo. Livre têm de exigir que quem comete estes crimes de guerra, seja julgado e seja exemplarmente punido. Apesar do horror imposto pelo desvario e imperialismo russo, o mundo é surpreendido todos os dias, com a bravura do povo ucraniano e a sua resistência contra o invasor, mesmo no meio de todas as adversidades. A sua luta é a nossa luta. É a luta pelos nossos valores inalienáveis da vida, da liberdade, da democracia, do pluralismo, do direito e da segurança. Mas, é também a luta pela paz que a Europa, construída após a Segunda Guerra Mundial e que tem a União Europeia e na NATO os seus pilares fundamentais. Por isso devemos à Ucrânia toda a solidariedade democrática. A nossa gratidão por essa luta comum deve traduzir-se num apoio absoluto à Ucrânia, fornecendo os meios necessários em termos de assistência política, financeira, militar e humanitária, mas também impondo sanções severas contra a Rússia e aos seus cúmplices de guerra. Por isso, por respeito aos milhões de vítimas diretas e indiretas, não nos podemos esconder atrás de palavras mansas e redondas. Há uma invasão brutal que começou há um ano. Há um invasor, a Rússia e um país invadido, a Ucrânia. Há que tomar posição e não ser hipócrita, como o PCP nos tenta iludir, ainda que sem sucesso. O poder xenófobo e fascista é o da Rússia. Não é o da Ucrânia nem o do mundo livre a que pertencemos. Constata-se, mesmo sem se compreender, que esse partido continua agarrado aos seus dogmas doutrinários e à tendência para estar sempre do lado errado da história. Quem assim faz, não respeita os princípios basilares da democracia e do direito à liberdade e à autodeterminação dos povos! O CDS é e continuará a ser solidário com o povo ucraniano, considerando ser um desígnio dos países ocidentais a intransigência no reforço da defesa europeia, elevando a importância da NATO, enquanto aliança defensiva para a segurança da Europa.*

*Como bem diz António Guterres “a guerra não é a solução. A guerra é o problema”. Por isso, acreditamos que a diplomacia e o diálogo entre as nações deverão prevalecer ao belicismo e à guerra. Acreditamos que o caminho é a liberdade, a democracia e a paz que no fim acabarão por se sobrepor ao obscurantismo do totalitarismo e da opressão. Nesta data de tão triste aniversário, o Grupo Municipal do CDS-PP apresenta um voto de pesar pela morte de todas as vítimas de guerra na Ucrânia e propõe a esta Assembleia um minuto de silêncio em sua memória. Glória ao povo ucraniano! Glória à Ucrânia!”. A este propósito interveio a Sr.ª Deputada da C.D.U., SANDRA DE OLIVEIRA CARDOSO para dizer que: “o CDS é contra a guerra e, ao contrário do que aqui foi dito, o PCP, a CDU, neste caso, também é. Aliás, é neste sentido que vimos aqui intervir porque, de facto, se o voto de pesar é contra as vítimas da guerra, estamos de acordo. E houve vítimas, não só da parte da Ucrânia, mas outras vítimas e estamos de acordo. Agora, efetivamente, e aqui fica a nossa posição, é preocupante o agravamento da guerra na Ucrânia, sem dúvida. É uma guerra que dura há nove anos, não há um ano, e à qual urge pôr fim. A escalada de confrontação e de guerra e o envio do armamento, cada vez mais sofisticado e ofensivo, encerra sérias consequências acrescidas, perigos para os povos da Europa e do mundo. É cada vez mais evidente que são os povos que estão a pagar os custos da instigação desta guerra, da deriva militarista e das sanções levadas a cabo pelos Estados Unidos da América, pela NATO e pela União Europeia, patentes no aumento dos preços da energia, dos alimentos e de outros bens de primeira necessidade, no ataque aos direitos e às condições de vida, no agravamento da pobreza e das desigualdades, da deterioração da situação económica e social. É cada vez mais evidente que quem ganha com a guerra e quer o seu prolongamento são as grandes empresas de armamento, que sabemos onde ficam, da energia, da alimentação, da distribuição*

ou a banca, que acumulam lucros colossais, como temos visto todos os dias nos telejornais. Portugal, e nós aqui, particularmente, não devemos contribuir para o agravamento do conflito, do militarismo da guerra, mas para uma solução pacífica dos conflitos internacionais, a dissolução dos blocos político-militares, o desarmamento em geral, é isso que nós defendemos, simultâneo e controlado como consagrado na Constituição da República Portuguesa”. Posto à votação, foi o voto de pesar apresentado pelo CDS-PP, **aprovado com uma abstenção e com cinco votos contra**. O Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, **BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO** apresentou uma **Declaração de Voto**, destacando que: “naturalmente que nos tínhamos que associar a este voto de pesar. Há um ano, precisamente, apresentamos nesta Assembleia, um voto de condenação pelas ações e atos militares promovidos pela invasão russa ao território ucraniano. Volvido este tempo todo, mais do que nunca se justifica reiterar o apoio à soberania e à integridade territorial da Ucrânia. Total solidariedade para com o povo ucraniano e, em particular, com a comunidade ucraniana em Portugal, nomeadamente o concelho de Braga. O agressor tem de ser derrotado e julgado pelos crimes que cometeu. Kiev continua livre e a luta do povo ucraniano é também a luta pela defesa dos valores europeus. Slava Ukraini”. O Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** apresentou outra **Declaração de Voto**, referindo que: “usei da minha prerrogativa de liberdade individual, portanto a minha posição não vincula o partido pelo qual fui eleito para a Assembleia Municipal. Aliás, o voto da bancada do bloco foi diferente, porque o membro votou como muito bem entendeu, por uma razão muito simples, não temos tempo para desmontar o cesto de fruta que foi aqui trazido neste voto de pesar. Total luto pelas vítimas desta guerra. Sejam as vítimas russas, estão lá soldados que não querem combater. Quem já andou na tropa, sabe que muita gente não

queria ir combater e foi obrigado a ir combater. Nós vivemos essa situação, esquecemo-nos depressa e a Senhora Deputada que esteve aqui, só conhece um lado da história. A história tem sempre dois lados, o da verdade e o da mentira. Mas é que, muitas vezes, mentindo, pensa-se que se está a dizer a verdade. Pensa-se ou pretende-se dizer a verdade. O meu voto contra não significa, de maneira nenhuma, falta de apoio para com as vítimas desta guerra. A guerra é complexa, é muito complexa e tem muitos culpados e não estou a desculpar ninguém, mas tem muitos culpados. Nenhuma guerra é feita só com um culpado. Houve aqui a apresentação de um voto de pesar pelas vítimas da Segunda Guerra Mundial e foi referido que a Alemanha nazi. Não foi a Alemanha nazi. Foi a Alemanha. Os nazis da Alemanha e muitos que não eram nazis foram obrigados a ir para a guerra e a matar. Agora, dizemos hoje uma coisa, daqui por um minuto dizemos o seu contrário. Portanto, quando falarmos da História, provavelmente haverá aqui gente que saiba mais de História do que eu e até temos cá alguns Senhores Professores, tanto quanto sei. Portanto, quando se fala em História, ela não se faz num minuto, nem no minuto seguinte. A História é uma camada de tempo muito prolongado e há- de ser feita com certeza”. Depois foi a vez do **Sr. Deputado do Chega, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO** apresentar uma outra **Declaração de Voto**, realçando que: “naturalmente que o Grupo Municipal do CHEGA, associa-se, subscreve e aplaude o voto de pesar do CDS, e só não conseguimos perceber quem não o faz, ou por dificuldade de audição, ou por puro marxismo e carga ideológica pesadíssima, de quem não consegue aprovar um voto de pesar por crianças inocentes, que morrem diariamente, por idosos inocentes, que diariamente, sem terem pedido qualquer guerra morrem, morrem adultos por todo um país que se está a destruir, um país soberano, e nós, enquanto um país europeu, temos uma identidade e uma soberania a preservar e a defender. Portanto,

*Portugal deve estar orgulhoso de pertencer a um continente europeu. Deve estar orgulhoso de pertencer à NATO e com a NATO defender a soberania de um país, neste caso a Ucrânia, como gostaríamos que nos defendessem a nós, em caso de ataque, por parte de um país comunista.” Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do PAN, TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA para, noutra Declaração de Voto, salientar que: “Há um ano, também aprovamos aqui, por unanimidade, uma declaração, um voto de pesar pelas vítimas da Ucrânia. Sei que este é o sentimento do auditório, as principais vítimas são todas aquelas que tiveram que sair, tiveram que ir lutar, perderam as suas casas, perderam as suas famílias e é por todas essas e, principalmente, pelos ucranianos, que vieram para a nossa cidade, que devemos continuar atentos àquilo que tem acontecido e tentar encontrar soluções pacíficas, entre nós, para conseguirmos continuar a ajudar todos os ucranianos e o povo ucraniano que está em Braga.” O Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES interveio para referir que: “sem prescindir, obviamente da condução dos trabalhos, ser da exclusiva competência da Mesa, aquilo que proponho é que, pelos vistos, há mais duas declarações políticas, ou votos, neste caso, que são no sentido semelhante àquele que foi agora exposto e são relativos ao mesmo tema, portanto, ao conflito na Ucrânia, e que, no caso de um dos votos, tem como consequência, ou como uma das partes deliberativas, a proposição de um minuto de silêncio, e que, portanto, se continuasse nesta senda da temática do conflito da Ucrânia e não se passasse apenas, por uma questão formalista, para os votos de congratulação e depois voltássemos aos votos de repúdio e outro tipo de votos que possam existir. Agora, claro que caberá à Mesa decidir. Acho que, do ponto de vista da lógica procedimental e dos temas que estamos a tratar, faria mais sentido continuarmos aqui. O voto de repúdio pode ser um voto misto, podemos chamar um voto de repúdio e voto de pesar.” Foi depois presente um Voto de*

***Repúdio pelo Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO DIOGO FERNANDES FERREIRA***

*com o seguinte teor: “Para a propaganda russa, o que começou como uma suposta desnazificação do território ucraniano, é agora uma guerra iniciada pelo Ocidente contra o império russo e o seu modo de vida. Mas há um ano ninguém pediu esta guerra, ninguém pediu que morressem milhares assassinados à porta das suas casas por mercenários a sangue frio. Ninguém pediu que morressem famílias inteiras às mãos de carneiros assalariados por um regime de um homem só. O conflito na Ucrânia, que não é da Ucrânia, é um ataque aos valores europeus e ao seu modo de vida. Um ataque ao projeto de liberdade individual dos cidadãos ucranianos que já em dois mil e catorze na Praça Maidan, apenas pediam algo já adquirido para nós, todos os portugueses: fazer parte do projeto de desenvolvimento europeu. O concelho de Braga e a sua população são o espelho da solidariedade e modernidade, movendo-se rapidamente para organizar viagens para transporte e acolhimento de refugiados, recolha de bens e protestos nas ruas contra esta agressão. Os apoios foram imensos de instituições organizadas, de cidadãos comuns e da própria Câmara Municipal de Braga. Por isso, Braga tem, hoje, uma comunidade ucraniana integrada, relevante e que mobiliza a sociedade civil bracarense em torno das suas preocupações e necessidades. Os prejuízos foram imensos, repercutindo-se à escala global, com uma inflação galopante, uma escassez de recursos pela quebra das cadeias de distribuição globais e uma quebra das condições básicas de vida. Segundo dados da Organização das Nações Unidas, desde a invasão da Ucrânia por parte das tropas e mercenários russos, cerca de dezoito milhões de pessoas precisam de ajuda humanitária, quarenta por cento não possuem rendimentos suficientes para comprar comida, cinco virgula quatro milhões de pessoas estão deslocadas dentro da Ucrânia e mais de oito milhões são refugiados transformando-se esta na maior crise da década. Quer isto dizer que*



*mais de metade das crianças ucranianas foram forçadas a deixar as suas casas, desacompanhadas e expostas ao risco de exploração, violência e abuso. Esta guerra é uma clara violação do direito Internacional e da carta da ONU, quando aquela prevê que todos os membros deverão “abster-se nas suas relações internacionais de recorrer à ameaça ou ao uso da força, quer seja contra a integridade territorial ou a independência política de um Estado, quer seja de qualquer outro modo incompatível com os objetivos das Nações Unidas”. E um dos objetivos é a resolução de controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo a que a paz e a segurança internacionais, bem como a justiça, não sejam ameaçadas. Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Municipal de Braga, reunida vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e três, deliberar: repudiar veemente a invasão ilegítima, ilegal e imoral da Ucrânia pela Rússia; manifestar total apoio à Ucrânia e aos seus cidadãos, em especial à comunidade ucraniana residente em Braga, e ainda prestar um tributo às vítimas do conflito com um minuto de silêncio em sua memória.” Posto à votação, foi o presente voto de pesar **aprovado com duas abstenções e com três votos contra**. Interveio de seguida o Sr. Deputado do PS, JOSÉ MIGUEL FERREIRA DA SILVA para proceder à apresentação de um **Voto de Solidariedade** do seguinte teor: “Um ano passou. Trezentos e sessenta e cinco dias passaram desde que a invasão da Rússia à Ucrânia começou. O vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e dois será certamente uma data que ficará para sempre gravada nas nossas memórias, pelos piores motivos. Há um ano começava e entre a incredulidade e o espanto do mundo, a dor da fuga, da vida suspensa, da morte de filhos, de maridos, o desespero de crianças perdidas, de mulheres em lágrimas. O crime russo na Ucrânia fez muita gente compreender o que estava verdadeiramente em causa. A vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e dois, as forças militares russas iniciaram uma invasão*

*total da Ucrânia, que a Amnistia Internacional definiu como um ato de agressão e uma catástrofe de direitos humanos. Um ano da invasão da Rússia à Ucrânia, marcada por inúmeros crimes de guerra e outras violações do Direito Internacional Humanitário pelas forças russas. Fê-lo, como sabemos, em evidente violação da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional, desencadeando uma guerra de agressão não provocada contra um estado soberano. Nesse mesmo dia, em Portugal, todos os órgãos políticos de soberania, o Presidente da República, o Parlamento e o Governo exprimiram-se imediata e inequivocamente, condenando o invasor e solidarizando-se com o invadido. Também esta casa aqui se mostrou totalmente solidária desde o primeiro minuto, com a Ucrânia, repudiando por completo tais atos e agressões. Desde a primeira hora, Portugal apoiou a Ucrânia no exercício do seu direito à legítima defesa. Quer no plano bilateral, quer no quadro das Nações Unidas, da União Europeia e da Aliança Atlântica, Portugal tem assim prestado todo o apoio necessário e inequívoco. Doze meses depois, chegados aqui, o conflito prossegue e a extensão total dos crimes cometidos na Ucrânia permanece, sabemos, desconhecida. Doze meses depois, e lembrando os profundos laços de amizade que unem o povo português e o povo ucraniano, a Assembleia Municipal de Braga, reunida no dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e dois, proclama solenemente a sua total solidariedade com a Ucrânia e com o povo ucraniano, na defesa da sua independência e, sobretudo, integridade territorial e na defesa do direito sagrado a decidir livremente o seu destino, no quadro da Europa a que todos queremos pertencer, a Europa da paz, da democracia e reitera, desta forma, a condenação da agressão praticada pela Federação Russa, lamentando também profundamente os muitos milhares de vítimas ocorridos até à data. Mais recomenda que este voto de solidariedade seja enviado por esta Assembleia para a Embaixada da Ucrânia em Portugal.” Posto à*

votação, foi o presente voto **aprovado com quatro abstenções**. O Sr. Deputado do **Bloco de Esquerda, ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** usou da palavra para apresentar uma **Declaração de Voto** referindo que: “uma vez que há uma proposta de um minuto de silêncio, vamos fazer um minuto de silêncio no apoio inequívoco às vítimas desta guerra, ao sofrimento do povo ucraniano e, a isso, e não mais que isso.” Foi cumprido um minuto de silêncio por todos os votos de pesar anteriormente apresentados. Posteriormente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado do **Aliança, JOSÉ CARLOS VAZ DA SILVA** para proceder à apresentação de um **Voto de Congratulação** que dizia: “O Financial Times destacou Braga como a melhor cidade do futuro na categoria dedicada à estratégia de captação de investimento externo. Esta distinção é um feito único, muito relevante, e eu decidi ir ao futuro e pedi a um algoritmo de inteligência artificial para me escrever o voto de congratulação. Fi-lo correndo riscos de ser o primeiro a apresentar um ato político escrito pelo chat GPT com duas intenções: primeiro, porque o futuro é disruptivo, é uma oportunidade única para Portugal. Esta revolução não privilegia os países ricos em recursos naturais, nem a disponibilidade de mão de obra, privilegia os cérebros da obra e para isso é necessário efectivo investimento na educação. Como segundo contributo àquilo que trouxe a coligação Juntos por Braga, liderada pelo Dr. Ricardo Rio, que soube romper com o passado e posicionar Braga no topo das cidades da sua dimensão, tornando-se numa referência nacional e internacional. Fui então ao futuro e pedi ao algoritmo chat GPT para me escrever o voto de congratulação que passarei a ler integralmente. O meu pedido ao chat GPT: Financial Times destaca Braga como melhor cidade de futuro, escreve em nome do grupo municipal do partido Aliança, membro da coligação Juntos por Braga, um voto de congratulação para intervir na Assembleia Municipal de Braga, fazendo uma breve referência às entidades responsáveis pelo

*feito. E escreveu isto: Caros membros desta Assembleia Municipal de Braga: É com imenso orgulho que em nome do grupo municipal do Partido Aliança, eleito na coligação Juntos por Braga, apresento este voto de congratulação pelo destaque que a cidade de Braga recebeu na prestigiada publicação Financial Times, como a melhor cidade do futuro. A cidade de Braga tem evoluído de forma significativa nos últimos anos, especialmente no que se refere à estratégia de captação de investimento externo. O trabalho da InvestBraga e do Município de Braga, em parceria com empresas, investidores e universidades, tem sido essencial para o desenvolvimento e a evolução da cidade de Braga, o que é refletido neste importante reconhecimento internacional. É importante destacar também o papel determinante do Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio, que tem liderado a cidade numa visão de futuro, apostando na inovação, no empreendedorismo e na qualidade de vida dos bracarenses. Este efeito tem trazido grandes benefícios para a cidade, tais como o aumento da empregabilidade, o fomento da atividade económica, o incremento da qualidade de vida dos cidadãos, a promoção de eventos culturais e desportivos, entre outros. Sabemos que, com o destaque que a cidade de Braga tem vindo a receber, há ainda muito trabalho pela frente. O crescimento da cidade e das suas atividades trará desafios que precisamos enfrentar com resiliência e planeamento. Contudo, estamos confiantes no futuro, sabemos que a cidade de Braga continuará a evoluir, a inovar e a ser uma referência nacional e internacional. Assim, em nome do Grupo Municipal do Partido Aliança, apresento este voto de congratulação aos responsáveis por este importante reconhecimento internacional e à cidade de Braga que com o seu empenho, trabalho e visão, tem feito história. Viva Braga!”*

**Interveio depois o Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA, para numa Declaração de Voto salientar que: “este episódio que ouvimos agora aqui, não é**

*um episódio que ilustra esta casa, porque os dados que foram metidos no tal algoritmo GPT, que é naturalmente um mecanismo artificial, também é artificial naquilo que foi dito aqui, e o Carlos Vaz esqueceu-se de dizer, lá nos dados que introduziu, para que o algoritmo fizesse este “puxa sacos”, esqueceu-se de dizer que a cidade não nasceu em dois mil e treze. Portanto, os dados estão incorretos e este voto de congratulação, não é efetivamente sinónimo daquilo que é o desenvolvimento de Braga, que começou há dois mil anos, com muitas vicissitudes, com muita intervenção, naturalmente, alguma coisa não correu tão bem como queríamos, e não é só no período de setenta e seis a dois mil e treze que as coisas são assim. Estar a fazer uma cidade e a pedir um voto de congratulação meramente artificial, onde todos os dados, não são dados, Carlos Vaz, deixe-me dizer-lhe não ilustra esta Assembleia e não corresponde àquilo que é efectivamente o sentido dos bracarenses. Sentimos a necessidade de vir aqui muitas vezes congratular e “puxar sacos”, mas também a verdade é esta, deixem o algoritmo em paz e vamos ser realistas e sinceros e perguntem aos bracarenses se efectivamente o algoritmo que eles têm daria naturalmente este voto de congratulação. Por isso, o Partido Socialista irá votar contra.” Voltou a usar da palavra o **Sr. Deputado da Aliança, JOSÉ CARLOS VAZ DA SILVA**, para dizer que: “João, permita-me que, por respeito, não desça ao nível para lhe responder à sua intervenção. Quanto ao restante, é por isso que o nosso país está onde está, e é por isso que apresentei, uma nota com um voto de congratulação produzido por um algoritmo e transmiti aquilo que escrevi. Agora, podemos olhar para a frente, ou olhar para trás, o retrovisor serve para isso, mas é por isso que há muitos acidentes na estrada.” Posto à votação, foi o presente voto de congratulação **aprovado com trinta e nove votos a favor, com onze abstenções e com vinte votos contra**. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado da C.D.U., JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA** para apresentar*

uma **Recomendação** em que realçava que: “num momento em que se acentuam os problemas ambientais com visíveis consequências das alterações climáticas, a exigir medidas enérgicas e determinadas e em que as crescentes dificuldades das populações reclamam soluções para assegurar novas poupanças, a questão da mobilidade emerge como central. Neste âmbito, a aposta na ampliação da rede ferroviária é um imperativo local, regional e nacional. A proposta do Plano Ferroviária Nacional – PNF, está muito longe de corresponder às necessidades de desenvolvimento da região de Braga, limitando-se a adiantar intenções mais ou menos abstratas, com datas longínquas ou mesmo sem data, sem prioridades ou calendário e sem qualquer investimento no reforço da ferrovia para deslocações entre concelhos da nossa região. Estamos perante um PRR, Plano de Recuperação e Resiliência que nos permite atrair investimento a fundo perdido da União Europeia para corresponder às necessidades de uma população carenciada de uma rede de transportes públicos eficiente e que ligue os seus concelhos. Os seus oitocentos e cinquenta mil habitantes merecem respeito e não que nos atirem com areia para os olhos, como é o caso de criar uma rede BRT, Bus Rapid Transport, que depois de, e passo a citar, o próprio PFN, Plano Ferroviário Nacional, na sua página trinta e dois diz que “será um sistema que pode ter uma solução evolutiva como primeira fase em modo rodoviário, prevendo futura evolução para ferrovia ligeira”. Esta é uma solução paliativa, que não resolve o problema, pois é sabido que o transporte de passageiros é tanto mais eficaz quanto o número de passageiros que esse meio de transporte pode transportar e sobre isto convém lembrar que um BRT, transporta entre oitenta a cento e cinquenta passageiros e um comboio urbano convencional tem capacidade para transportar novecentos passageiros. Esta solução BRT vai agravar e muito o custo inicial, pois torna necessário a aquisição de todo o material circulante, oficinas de manutenção e reparação e desconsideram

*também os custos de formação dos condutores e operação em si, assim como a construção de toda uma nova rede viária a ligar os concelhos do quadrilátero com custos de expropriações terrenos para implantação do novo canal BRT. Se olharmos à rede ferroviária existente, faltava, e sublinho isto, apenas um lado do quadrado para fechar “a malha”, ou seja, a ligação Guimarães/Fafe e uma sugestão que deixo aqui: aproveitar parte do traçado da A onze Braga/Guimarães para o canal ferroviário. O exemplo acima elencado é, só por si, demonstrativo da falta de análise custo/benefício das várias propostas apresentadas no PFN. Sobre a estimativa do custo de ligação ferroviária entre Guimarães e Braga, anunciado pelo Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas em que ficaria por largas centenas de milhões de euros e que poderia até chegar aos mil milhões, a CDU fez o trabalho de casa e fez as contas, que nos atrevemos a trazer esta Assembleia: por quatrocentos e cinquenta milhões euros, à data de hoje, estimamos ser o valor aproximado para a realização desta ligação ferroviária. Ou seja, menos de metade do valor anunciado e que apenas trouxe ruído para a discussão séria sobre esta ligação ferroviária e que, no nosso entendimento, teve apenas a intenção de “assustar” os autarcas da região, Ricardo Rio incluído, mas que surtiu o seu efeito, atendendo às reações de alguns autarcas. A opção pelo BRT é uma solução que apenas abre caminho à criação de mais uma empresa intermunicipal, que levará à criação de mais um Conselho de Administração e respetivos encargos em honorários, para depois justificar o passo seguinte: concessionar em formato de “DFBM, Design, Finance, Building and Maintenance”, atual terminologia anglo-saxónica e sucessor das malfadadas “PPP”, o que a médio prazo terá custos in comportáveis para os municípios e que por todos os argumentos acima elencados, prestará um mau serviço às populações. A Assembleia Municipal de Braga, reunida a vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e três, delibera enviar ao Senhor*

*Primeiro Primeiro-Ministro, ao Senhor Ministro das Infraestruturas e aos órgãos competentes de conduzir o processo de discussão pública da proposta do Plano Ferroviária Nacional, as seguintes deliberações: Solicitar ao Governo a disponibilização pública dos fundamentos técnicos que suportam a sua intenção de abdicar da construção da ligação ferroviária directa entre Guimarães e Braga; recomendar a inclusão no PFN, da ligação ferroviária directa entre Braga e Guimarães e a ulterior ligação a Barcelos, através de uma linha de concordância. Lembro que quando fiz este texto, ainda não tinha conhecimento da Ordem dos Engenheiros ter lançado ontem uma notícia que bateu certo, pouca gente disse, e que vai de acordo com a ideia de uma ligação ferroviária, sustentada por técnicos de grande craveira da Ordem dos Engenheiros, o meu colega engenheiro Bento Aires, foi o porta voz e dizer-vos que até bateu certo no preço. Tinha feito este valor em conjunto, em reuniões de trabalhos da semana passada, quatrocentos e cinquenta milhões, este documento vai bater nesse valor. Parece-me que era importante, a região ficava bem se votássemos esta deliberação a salvaguardar o interesse da população e todos em conjunto, queremos o melhor para a nossa população e que recomendássemos isto ao nosso governo”. Usou da palavra o Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES, para dizer que: “relativamente a esta proposta de recomendação da CDU, como o algoritmo JB também sabe, já discutimos esta matéria noutra sede, no caso, na CIM, e atualmente a proposta que está em cima da mesa, corporizada pelas lideranças políticas das Câmaras Municipais que compõem a CIM, vai noutro sentido. Portanto, aquilo que foi a opção política desta comunidade política, foi a de priorizar a questão do BRT, ou do metro de superfície, ou aquilo que se entender como canal alternativo para justamente permitir que a mobilidade inter concelhia neste quadrilátero e potenciando um raio de ação muito maior, seja a prioridade*



*política também do governo nacional. Da minha parte, pessoalmente, não tenho preferência nenhuma por um lado ou pelo outro, por um tipo de transporte ou pelo outro, aquilo que eu desejo e julgo que aquilo que todos desejamos aqui na Assembleia Municipal e em todos os concelhos que compõem este quadrilátero, é que finalmente se avance para uma solução de mobilidade consistente, sustentável e que, de facto, dê resposta aos anseios desta população e desta região, que seguramente beneficiará muito, quer do ponto de vista social, quer do ponto de vista da sustentabilidade ambiental e também do ponto de vista económico, da existência concreta de uma solução que finalmente dê resposta àquilo que todos nós reconhecemos, de uma maneira ou de outra, que é a falência do sistema atual de mobilidade, ou da inexistência de um sistema de mobilidade, que congregue estes concelhos e estas populações, através de um meio comum de transporte. Nesta senda, não nos opomos a soluções alternativas que possam ser postas em cima da mesa, agora também temos que ser coerentes com aquilo que andamos a defender noutros fóruns, como a CIM e noutros fóruns políticos, como a própria Câmara Municipal, onde já fizemos, como disse, uma declaração de interesses e de intenções relativamente a um propósito, e não podemos também estar aqui permanentemente, enquanto agentes políticos, a titubear e a variar as nossas opiniões relativamente àquela que é a nossa prioridade. Aquilo que entendemos que deve ser posto em cima da mesa e que devem ser postas sempre em cima da mesa, são as várias alternativas que devem estar sobre estudo e a melhor das alternativas deve ser a escolhida, sem dúvida. E, se for provado, que não queremos outro aeroporto de Lisboa, não é para estarmos cinquenta, sessenta ou setenta anos a discutir esta matéria. E se nos vierem dizer que uma solução distinta daquela que é a prioridade política atual, é a melhor para a região, só os doidos e só aqueles que não têm, de facto, consciência é que não mudam de opinião. Agora, por hora e*

por este momento, mantemo-nos com a prioridade que foi assumida politicamente, relativamente à mobilidade no quadrilátero, sem querermos prejudicar o debate e a eventual opção por alternativas que sejam colocadas em cima da mesa e que efetivamente se venham a comprovar serem melhores do que aquela que foi assumida politicamente até agora. Neste sentido, não votaremos contra esta recomendação, abster-nos-emos e esta é a nossa declaração de voto, já que é, no fundo, sustentada no facto de não sermos peritos nesta matéria, entendemos que, do ponto de vista da mobilidade, há soluções alternativas que podem chegar à mesma solução e à mesma qualidade de solução que todos pretendemos. No entanto, há em cima da mesa, uma prioridade política, já com supostamente orçamento afeto, com estudos preparados e que, por essa razão, não faz muito sentido estarmos permanentemente a tergiversar e a alterar aquele que é o caminho que politicamente foi assumido e, nessa lógica, como disse, abster-nos-emos nesta recomendação”. Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada com catorze votos a favor, com cinquenta e seis abstenções e com dois votos contra.** Foi depois presente uma **Declaração de Voto** pelo Sr. **Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO** que referia: “antes de dissertar um pouco sobre esta questão, queria apenas referir que a Iniciativa Liberal está ainda a tomar posição conjunta sobre esta temática, ainda não tem o assunto fechado. Não obstante, venho aqui dizer e referir que votamos favoravelmente a proposta do PCP. Parece incrível, mas efectivamente achamos que merecia aqui o voto favorável, mas sobre uma condição, achamos que poderá ser uma solução que está em cima da mesa e que poderá ser uma boa solução termos uma ligação Guimarães/Braga em dez minutos. Só uma nota: referiu aí a conferência na Ordem dos Engenheiros, quem lá esteve a fazer uma apresentação foi um membro da Iniciativa Liberal. Só um dado, votamos favoravelmente sob

*condição de o projeto ter viabilidade económica. Ou seja, está subjacente que o projeto teria pernas para andar e não seria mais um elefante branco. Seria a nossa condição basilar. Votamos favoravelmente, tendo como pressuposto que o projeto teria viabilidade económica. Esta é a mensagem que queria deixar nesta declaração de voto”. O Sr. Deputado do Chega, **ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO** apresentou uma outra **Declaração de Voto** que referia: “o Grupo Municipal do CHEGA votou contra esta recomendação por três motivos, essencialmente. Primeiro, o Grupo Municipal do PCP ainda tem um grupo parlamentar que os represente e que facilmente pode fazer chegar essa recomendação, sob essa forma de recomendação ou até de projeto-lei à Assembleia da República, se não o fez pode ainda vir a fazer. Depois, lembrar também que isto não envolve só o Ministério das Infraestruturas, mas também o Ministério do Ambiente e a Ação Climática. A este propósito, já informou o Sr. Ministro, que tenciona reunir a breve prazo com o Sr. Presidente da Câmara de Braga e de Guimarães sobre esta matéria. Portanto, acho que estamos aqui, perdoem-me a expressão, a por a carroça à frente dos bois. Mas mais uma vez é apanágio do PCP vir falar nas PPP's porque receia que isto se torne uma PPP. Tomáramos nós que isto, aí para a frente, se torne uma PPP, até porque temos o exemplo do Hospital de Braga em que funcionava lindamente, enquanto era uma parceria público privada, e desde que o deixou de ser, é o caos que todos assistimos. Portanto, estes são os motivos pelos quais o CHEGA votou contra, porque consideramos que o timing é inadequado, esperemos que o Sr. Ministro do Ambiente e da Ação Climática reúna com os dois autarcas de Braga e de Guimarães e só aí podemos tomar uma posição nesta matéria. Mas como sempre, o PCP parte na traseira do comboio e vem a conduzi-lo.” O Sr. Deputado do P.P.M., **PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO** apresentou uma outra **Declaração de Voto** para dizer que se absteve, pela simples razão de*

que desconhecia o tema. Não fez as suas contas, e não era uma questão de desconfiança, mas como era óbvio, sem conhecer o tema e votar favoravelmente, ou votar contra, seria de mau tom. Passou-se depois à apresentação de mais uma **Recomendação do P.A.N.**, através do **Sr. Deputado TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA** que referia: “Nos últimos anos, nomeadamente em alturas de crise, mostraram de forma particularmente evidente o papel essencial das entidades públicas, denotando igualmente que os cidadãos esperam destas um papel ativo, mas também ímpoluto. O princípio da transparência na administração pública, com a disponibilização da informação nos recursos públicos alocados de forma clara, acessível e actualizada, são transversais a todos os organismos públicos que por ele se devem nortear. De referir ainda que esta proposta vem também no seguimento das sugestões vindas a lume, aquando da candidatura da nossa cidade à Capital Europeia da Democracia, bem como nas discussões do PRR no âmbito da administração pública mais eficiente e digitalização, com a garantia de existência dos serviços públicos digitais simples, inclusivos e seguros para todos, promovendo uma gestão coordenada de dados municipais com segurança e transparência, para todas as partes interessadas e valor para a sociedade em geral. Assim, e para que os munícipes possam conhecer e aferir o cumprimento das disposições legais, por parte da administração pública local, é necessário garantir o total acesso à informação, constituindo-se esta como mais uma ferramenta para capacitar as pessoas para a responsabilização dos executivos municipais. Assim, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Braga delibere, na sua sessão ordinária de fevereiro, recomendar ao Executivo da Câmara Municipal de Braga que promova a criação do Portal Municipal da Transparência, estreitando a relação entre os munícipes e a Câmara, melhorando a experiência digital numa lógica omnicanal e uniforme, eliminando discrepâncias na

*usabilidade e acessibilidade, conforme incentivado pelo FMI e pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, regulando ainda a atividade lobbying municipal bem como a inclusão de um mecanismo da pegada legislativa municipal no site da Câmara, seguindo desta forma as recomendações do Grupo de Estados contra a Corrupção do Conselho da Europa”. Usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para dizer que: “Em primeiro lugar, o PSD e o grupo do PSD aqui na Assembleia Municipal saúdam obviamente, os propósitos de transparência e de garantia de transparência das decisões e dos procedimentos de decisão públicos e, portanto, essa matéria deve ser sublinhada. Agora, o que entendemos também é que não se pode confundir transparência com uma certa amálgama de temas, ligados ou não à transparência e que são aqui postos na recomendação do PAN, que de uma maneira ou de outra, nos parecem um bocadinho a despropósito. Por exemplo, a questão da atividade e da regulamentação da atividade do lobbying que, como sabemos, nem a Assembleia da República se conseguiu ainda entender, para justamente a regular. A criação do tal mecanismo da pegada legislativa municipal, quer dizer, o procedimento legislativo municipal é muito diferente do procedimento legislativo nacional e o tipo de intervenção de entidades terceiras está mais ou menos padronizado. Não conhecemos, e que saibamos, não há propriamente grandes intervenções, nem do ponto de vista do lobbying nem, sobretudo, de agentes externos ao Município que participem na elaboração destes documentos, e quando o fazem é nos termos de audição pública, não é nada que não seja já mais do que transparente. E corremos um risco muito grande com esta preocupação de transparência de que qualquer dia ninguém nos vê de tão transparentes que queremos ser. Temos que ter muito cuidado com esta noção de transparência que começa a grassar na opinião pública e que nós, muitas vezes, somos os primeiros promotores dela mesma, que faz incidir*

sobre nós uma luz de negatividade e de pouca clareza nos procedimentos, que não corresponde à realidade. O próprio Município, não só este, como os demais, têm já mecanismos bastante expeditos relativos à transparência dos procedimentos que estão na lei, muitos deles, outros que são mesmo assumidos por esses mesmos municípios e portanto, tudo o que aqui está tem que ser lido e visto numa lógica do que já existe, do que está previsto na lei, e pode ou não estar concretizado, mas sobretudo, na necessidade de sermos criteriosos nestas medidas. Portanto, sob pena de descaracterizar-nos uma proposta que se pretende clarificadora ou tradutora da transparência, acho que corremos aqui seriamente um risco de criar um potpourri de problemas e não de soluções. É bom não nos esquecermos que de cada vez que propomos este tipo de soluções, temos que também pensar que há recursos humanos, recursos financeiros, estruturas que são precisas criar e que são precisos dentro dos municípios dotar do ponto de vista financeiro dos recursos humanos, que são reafecção de outras, provavelmente muito mais essenciais. Sem desprimor do propósito da transparência, aquilo que propunha era que esta recomendação pudesse ser revista por parte da própria Conferência de Líderes ou, se quiserem fazê-la baixar alguma comissão, por mim também tudo bem, mas julgo que a Conferência de Líderes seria aqui a entidade ideal para se debruçar sobre isto e tentar destrinçar aquilo que efetivamente concorre para um eventual portal da transparência e que possa ser assegurado pelo Município daquilo que será mais acessório ou menos essencial. É com base nisto que olhamos para esta recomendação, se assim não for, chumbaremos pelos motivos que aqui elenquei.”

Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÔNIO DE MATOS NOGUEIRA** para dizer que: “As questões da transparência são muito importantes e são também motivo de necessidade de um aprofundamento cada vez maior para que efetivamente a democracia possa satisfazer aquilo a que realmente ela tem

*direito e que nós, enquanto democratas, temos que a fazer cumprir. E o tema é tão importante que acho que um debate aqui de cinco ou dez minutos é muito redutor da importância que a transparência hoje tem em todos os processos de gestão, sejam eles autárquicos, sejam eles de nível nacional. Daí que a proposta que foi apresentada pelo João Marques, acho que deve ser aqui refletida e, por isso, é que o Partido Socialista solicita ao PAN, que efetivamente esta proposta de recomendação, que tem coisas que são muito interessantes e que podem ser aprofundadas, tem outras que já são feitas, nomeadamente o registo de interesses já acontece com os eleitos junto do Tribunal Constitucional. Também a questão dos lobbies que é uma questão, como já aqui foi dito, a própria Assembleia da República ainda não debateu e também não é tradição em Portugal, é tradição noutros países e, portanto, a necessidade de aprofundar e refletir sobre esta recomendação, é muito importante. Daí que o Partido Socialista também acha que devem os grupos municipais refletir sobre esta proposta. Depois discuti-la naquilo que é a Conferência de Líderes e depois trazê-la aqui, podendo ser aprovada ou não, mas merece efetivamente um debate mais aprofundado. Se não o fizermos, a transparência só aparece aqui como um fogo fátuo que efetivamente é aqui discutido, aparece como recomendação e não passará disso. Se for refletido quer pelos grupos municipais, quer depois da Conferência de Líderes e posteriormente numa Assembleia Municipal, acho que estamos a dar o verdadeiro valor à transparência e vamos assumi-la e poder assumir alguns compromissos. Daí que solicito ao PAN, que aceite a proposta que foi aqui já apresentada pelo PSD e também pelo PS, no sentido de ela ser retirada, ser refletida pelos grupos municipais, ser refletida em Conferência de Líderes e depois trazer aqui para poder ser debatida. Acho que a transparência merece esta proposta e entendo que o PAN a deva também poder aceitar”. Inteveio novamente o Sr. **Deputado do P.A.N.**,*

**TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA** para referir que: “de uma forma muito, muito sintética, a partir do que é transparente na apresentação das suas propostas, recomendações, votos de pesar o que quer que seja é o PAN. É o único partido nesta Assembleia que envia a documentação antes, que vai apresentar antes da Assembleia ocorrer, e portanto, estas propostas, quer do João Marques, quer do João Nogueira, também podiam ter chegado ao grupo municipal do PAN antes. Seja como for, o PAN não quer que isto baixe a comissão nenhuma. Está aqui a proposta para ser votada. Os partidos em causa podem votar a favor, contra, absterem-se, a sua livre e espontânea decisão”. Posta à votação foi a presente recomendação **rejeitada com trinta e dois votos contra, com vinte e quatro abstenções e com sete votos a favor.** O Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** apresentou a seguinte **Declaração de Voto**, para dizer que: “o Bloco de Esquerda não podia deixar de votar favoravelmente a proposta, porque de facto, quer no Estado Central, quer nas autarquias, faz falta muita, muita, muita transparência. Tudo o que se faça será pouco para promover que de facto as pessoas respeitem aquilo que é de todos e aquilo que é público. Em todo o caso, tínhamos sugerido ao PAN que retirasse a referência ao lobismo, por duas razões: primeiro porque de facto ainda não está previsto e o próprio lobismo em si deixa-nos algumas dúvidas, porque o lobismo também é uma forma de furar muitos esquemas, muita legislação e muito interesse público em benefício de interesses privados.” Foi produzida uma outra **Declaração de Voto**, pelo Sr. Deputado do P.S., **JOSÉ MIGUEL FERREIRA DA SILVA**, salientando que se absteram simplesmente porque por entenderem que a transparência, como todos concordarão, ou não, é extremamente importante e vital para a nossa democracia e, como tal, lamenta profundamente que não tenha sido dada uma oportunidade e um sinal, naquela casa, de se debater aquele tema com a devida importância que o



*mesmo merecia e que lhe deveria certamente ser reconhecida. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO para apresentar uma outra Recomendação, que destacava: “lamentavelmente, Braga não se tornou na primeira Capital Europeia da Democracia. Mas não deve ser esse o motivo que para não levar a cabo medidas que reforcem a participação democrática a nível local, melhorando a literacia em democracia dos cidadãos, bem como o conhecimento dos munícipes e o seu envolvimento nas políticas locais. Se queremos impulsionar a democracia local e a participação dos cidadãos, devemos trabalhar para que isso seja uma realidade. Uma boa oportunidade para promover e reforçar a participação democrática a nível local seria Braga associar-se à Semana Europeia da Democracia Local. A Semana Europeia foi lançada, pela primeira vez, em Valência, Espanha. Após o sucesso, várias autarquias foram convidadas a organizar eventos públicos para mobilizar os cidadãos em torno do tema da democracia local. Neste sentido, a Iniciativa Liberal recomenda que todos os anos a Câmara Municipal de Braga realize a Semana Europeia da Democracia Local, um evento que decorre por volta do dia quinze de outubro, como um tributo à Carta Europeia de Autonomia Local.”*

*Posta à votação, foi a presente recomendação aprovada com duas abstenções. Registou-se, depois a intervenção da Sr.ª Deputada do B.E., MARIA NORBERTA DE ABREU FERREIRA GRILO para proceder à apresentação de uma Moção com o seguinte teor: “A Escola Pública é um dos pilares da democracia. É ela que concretiza o direito constitucional à educação e fortalece a cidadania. No entanto, todos os anos há milhares de alunos sem professor a pelo menos uma disciplina. A desvalorização da carreira docente, a persistência da precariedade e de regras de concursos que provocam instabilidade têm feito milhares de docentes abandonar a profissão e poucos são os jovens que se sentem atraídos pela docência. A luta dos*

*professores que se desenrola neste momento não é apenas pela melhoria das suas condições salariais e de trabalho, é também pela defesa da manutenção do direito de aprender e da capacidade da escola pública de preservar este direito, tanto para a atual geração como para as futuras. O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe a esta Assembleia que reconheça como justas e capazes de influenciar positivamente o cumprimento pela escola pública da função que lhe está constitucionalmente atribuída. Propõe ainda, que a Assembleia Municipal de Braga recomende à Excelentíssima Presidente que faça chegar esta moção ao Governo, solicitando que este, em sede negocial própria, promova as condições necessárias para a continuidade da escola pública e a atração de novos docentes para a carreira e aos grupos parlamentares da Assembleia da República, para que rapidamente produzam e aprovem legislação que permita um novo enquadramento da carreira docente”. Posta à votação, foi a presente moção **aprovada com duas abstenções**. O Sr. Deputado do CHEGA, **ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO**, apresentou uma **Declaração de Voto**, em que referia: “O Grupo Municipal dos Chega absteve-se nesta votação, não pela questão dos professores, que estamos completamente solidários e o grupo da Assembleia da República do partido Chega, já fez questão de o dizer, inclusivamente apresentar propostas, estamos completamente solidários com todos os professores a nível nacional, não só do ensino público, mas também do ensino cooperativo e do ensino privado. Se esta proposta falasse em todos os tipos de ensino, teria o nosso voto favorável. Não embarcamos em demagogia que a escola pública é melhor que a cooperativa ou que a privada, porque estamos a falar de professores e não há professores de primeira, de segunda e de terceira. Todos são importantes na educação dos nossos filhos, no que lhes é transmitido, no conhecimento que lhes é dado. Portanto, defendemos por inteiro os docentes do ensino público, do ensino privado e do*

*ensino cooperativo. Mais uma vez reafirmo se fosse nestes moldes, teria o nosso voto favorável. Assim foi a abstenção.” Passou-se, depois, à apresentação de uma **Declaração Política**, pelo **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, que começava por referir: “Dois mil e vinte e três ainda agora começou, mas já demonstra o quão complexo e determinante pode ser este ano. A nível internacional, continua a existir uma clara demonstração de forças por parte dos Estados autoritários que provocam os Estados democráticos. Continua a guerra ucraniano-russa a fazer lembrar a guerra civil espanhola e continua a China a ameaçar com a antecipação da invasão de Taiwan. Temos uma corrida ao armamento por parte da Coreia do Norte e do Irão e assistimos à proliferação de regimes autoritários na África e na América do Sul. Na União Europeia, observamos o avanço da intolerância, quer à direita quer à esquerda. A capacidade dos partidos extremistas de criar ingovernabilidade, de escolher sempre o caminho mais mediático, de olhar única e exclusivamente para os dividendos eleitorais, faz com que, nos dias de hoje, exista uma crise grave nos partidos mais moderados. Portugal, que por acaso possui um governo de maioria absoluta e que poderia criar estabilidade nesta época tão conturbada, teima em transformar o nosso país numa comédia ou numa tragédia. Nunca, em tempo algum, nunca em lugar nenhum, existiram tantas demissões num governo só. Sei bem que de algumas nada se pode apontar, já que são evocadas questões de saúde, razões familiares ou mesmo divergências de pensamento. Mas não posso deixar de salientar que existem outras tantas demissões que colocam em causa a seriedade da classe política, a partidocracia e mesmo a forma como se têm escolhido as chefias da administração pública, privilegiando o cartão partidário à competência. A forma como foram escolhidos os governantes, sem existir uma preocupação clara em escolher gente competente e idónea foi clamorosa. Exemplo disso foi a*

*incapacidade do Governo em escolher um Secretário de Estado da Agricultura durante um mês, dentro e fora do seu aparelho partidário. Quando sabemos que estamos à beira de uma crise profunda mundial, olha-se para a agricultura, não como uma garantia alimentar de futuro, mas sim como uma despesa ou mesmo um frete. A nível autárquico, o panorama político português bateu no fundo, já que também não existe memória de tantos autarcas indiciados de crimes graves, de peculato e de corrupção. O país não pode continuar assim. Os partidos do centro não podem dar-se ao luxo de continuar a permitir essas atitudes erráticas que apenas permitem o avanço dos partidos de extrema esquerda e de extrema direita. Cabe ao Governo governar em vez de brincar com os miúdos do aparelho e cabe aos partidos da oposição democrática apresentar alternativas à governação e não fazer gincana política. E o que serve para o governo central também serve para os Municípios. Vamos ver o que nos espera este ano de dois mil e vinte e três”. Seguiu-se a apresentação de um **Voto de Saudação do B. E.**, pela **Sr.ª Deputada MARIA NORBERTA DE ABREU FERREIRA GRILO** com o seguinte teor: “A oito de março de dois mil e vinte e três, celebra-se mais um Dia Internacional da Mulher. O Dia Internacional da Mulher celebra as conquistas das mulheres provenientes dos mais diversos contextos étnicos, culturais, socioeconómicos e políticos. Este dia pretende celebrar os direitos que as mulheres conquistaram até hoje, relembrando o caminho para a igualdade. Defender causas como o direito ao voto, a igualdade salarial, a maior representação em cargos de liderança, a proteção em situações de violência física e ou psicológica ou o acesso à educação continuam atuais, porque em várias partes do globo esses direitos continuam por cumprir. Em Portugal, na prática, ainda estamos longe de alcançar a igualdade. A desigualdade de género permanece, na atualidade, como uma relevante fonte de exclusão social. São várias as evidências de permanência ativa das relações patriarcais na*

sociedade, como sejam, as mulheres continuam arredadas dos centros de tomada de decisão, há uma valorização e reconhecimento desiguais dos papéis, tarefas e funções desempenhadas por mulheres e por homens, persiste uma significativa segregação sexual no mercado de trabalho, os estereótipos de género são amplamente disseminados nos media, os elevados números de violência sobre as mulheres nas relações de intimidade e de violência sexual, entre muitas outras. Por todas as mulheres, a igualdade exige o combate à cultura machista, aos papéis estereotipados, à opressão e à violência sobre as mulheres. O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Municipal de Braga, reunida a vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e três, um voto de saudação ao Dia Internacional da Mulher, que celebra as conquistas alcançadas e reafirma as lutas que ainda faltam travar.” Posto à votação, foi o presente voto de saudação **aprovado por unanimidade**. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do C.D.S./P.P., CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES**, para apresentar uma **Declaração Política** do seguinte teor: “Porque será que o PRR não gosta de Braga? Como é sabido, o PRR, Plano de Recuperação em Resiliência é um programa de financiamento europeu que surge no âmbito do Next Generation You como um instrumento da União Europeia para a mitigação do impacto económico e social da crise provocada pela pandemia do Covid dezanove, contribuindo para assegurar o crescimento sustentável de longo prazo e responder aos desafios da dupla transição climática e digital. O PRR português foi aprovado e contratualizado com a Comissão Europeia em dezasseis de junho de dois mil e vinte e um, com uma dotação de dezasseis mil seiscentos e quarenta e quatro milhões euros, para executar até dois mil e vinte e seis. Conforme consta do Portal Recuperar Portugal, até ao passado dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e três, o valor pago pelo PRR a beneficiários finais, como por exemplo, Câmaras

*Municipais ou empresas, foi de setecentos e quarenta e sete milhões de euros, seis por cento do valor. E o pagamento a beneficiários diretos, como por exemplo agências públicas foi de setecentos e cinquenta e oito milhões de euros, ou seja, o pagamento efetivo de mil quinhentos e cinco milhões de euros representa apenas nove por cento do valor do PRR. Contas feitas, já passou trinta por cento do prazo e o PRR só executou efetivamente nove por cento do valor. A três de agosto de vinte e um o Governo português recebeu adiantamento de treze por cento dos fundos do PRR e nos dois pedidos de pagamento seguintes já recebeu mais dois mil e novecentos e oitenta e dois milhões euros. Isto é, nas três transferências de Bruxelas, Portugal já recebeu mais três mil e seiscentos e trinta e seis milhões euros do que aquele que pagou efetivamente aos beneficiários. A pergunta óbvia é onde está o nosso dinheiro? Sim, o dinheiro que a Europa enviou para ajudar os portugueses a fazerem face à crise. A resposta, também óbvia, é que o Governo não sabe, não quer saber e até presumo que tenha raiva de quem sabe. Talvez algum administrador da TAP saiba responder este enigma. Mas porque será que o PRR não gosta de Braga a ponto de nas suas trezentas e quarenta e três infindáveis páginas, a palavra Braga não ser referida uma única vez no documento? Posso estar distraído, mas não me lembro de qualquer deputado do PS ou até mesmo o futuro ex-secretário de Estado bracarense se ter indignado com este facto comprovável no documento. Será que isto acontece por causa da gestão centralizada que o Governo faz do PRR? Eu percebo o vosso incómodo, percebo. Já agora, Lisboa aparece mais vezes no documento e o Porto mais de trinta vezes, Braga, zero. Porque será que na cultura, as verbas foram alocadas aos grandes equipamentos culturais do Estado de Lisboa e do Porto? E no resto do país, como é o caso de Braga, os investimentos foram todos concentrados apenas nos espaços museológicos, propriedade do Estado. É esta descentralização que o Governo tanto*

*propagandeia? Como é possível que o Governo concentre a esmagadora maioria das verbas do investimento público apenas nas áreas metropolitanas? Mesmo nos investimentos em curso em Braga, como é o caso da habitação e das residências, foi o mérito dos projectos locais que prevaleceram nas candidaturas, tendo sido negligenciados os contributos, por exemplo, da CIM Cávado, que apresentou projetos concretos que podiam ir ao encontro dos objetivos do PRR. O mesmo se passa na mobilidade, como já aqui foi falado, parece que para lá das áreas metropolitanas não há necessidades prementes de investimento no nosso território, como, por exemplo, no quadrilátero urbano para assegurar maior coesão e interligação dos territórios através de mobilidade mais sustentável. Mas na proteção civil o cenário é idêntico, uma vez que para toda a região do Norte só irão estar disponíveis trinta e cinco milhões de euros até dois mil e vinte e seis. A falácia é total. A bazuca que o Primeiro Ministro anunciou ser a salvação da humanidade, afinal corre o risco de se tornar uma físga, obviamente para acertar apenas nos habituais interesses socialistas. Ah! Agora percebi porque é que o PRR não gosta de Braga.” Depois foi a vez do **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** apresentar outra **Declaração Política** do seguinte teor: “A declaração política do PS vem também em termos do cumprimento do PRR para Braga. Ou seja, há políticos que não se inteiram da verdadeira realidade, e só queria referir que, por exemplo, em termos sociais, há várias obras aprovadas e há duas até numa freguesia, que tem a ver com um lar, uma ERPI, uma estrutura residencial para idosos e a construção de uma creche, e uma está concluída, receberam efetivamente um milhão e quinhentos mil euros do PRR e a outra que é uma creche que efetivamente já foi colocada em concurso através de publicação no Diário da República, que também recebeu oitocentos e cinquenta mil euros. Portanto, há quem se esqueça, propositadamente ou não, acredito na boa fé do*

Carlos Neves, para dizer também que é desta forma que há ex partidos que efetivamente nunca terão futuro.” Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DA ATA DO DÉCIMO TERCEIRO MANDATO NÚMERO CATORZE BARRA DOIS MIL E VINTE E DOIS, DE VINTE E OITO DE DEZEMBRO**. Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a ata do décimo terceiro mandato número catorze barra dois mil e vinte e dois, referente à sessão extraordinária de vinte e oito de dezembro. **Aprovada por unanimidade. PONTO NÚMERO DOIS – REGULAMENTO DO BEM-ESTAR ANIMAL DO MUNICÍPIO DE BRAGA**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, a proposta do Executivo Municipal, aprovada na reunião de vinte e seis de dezembro do ano transato, relativa ao Regulamento do Bem-Estar Animal do Município de Braga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Colocado à discussão, começou por usar da palavra o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** para destacar que: “Quando começamos a ler este regulamento, pensamos inicialmente que só se ia referir mesmo aos chamados animais de companhia. A verdade é que há referências a animais que normalmente não são usados como animais de companhia, e, assim sendo, lamentamos de facto que o regulamento não tenha nenhuma referência aos animais que são usados para touradas, provavelmente a forma mais violenta de tratar os animais neste país, assim como outras formas de violência para com os animais, nomeadamente o chamado tiro aos pombos, em que os pombos são



*largados sem terem qualquer hipótese de divergir, portanto são abatidos logo à saída das gaiolas, assim como as corridas com largadas de lebres”. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do P.A.N., TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA, para referir que: “Relativamente ao regulamento do bem-estar animal, que bom que é a primeira vez que nos reunimos este ano, verificar que conseguimos pôr na agenda da discussão desta casa da democracia um tema que é tão relevante para as sensibilidades das populações em dois mil e vinte e três, a causa animal. E é um facto que isto só é possível porque o PAN se encontra aqui representado. E sim, Senhores Deputados, podem dizer ou achar o contrário, mas foi preciso a representação municipal do PAN, para que medidas como o regulamento do bem-estar ou o Provedor do Animal vislumbrassem a luz do dia em Braga. Analisando o ponto em apreço, estamos à luz de um regulamento de bem-estar para o qual o PAN Braga contribuiu com noventa e duas propostas, auxiliado, obviamente, por associações e municípios que querem que os animais da nossa cidade tenham melhores condições. Das propostas efetuadas, cerca de vinte e cinco foram aceites, englobando para a cidade e para a sociedade aquilo que é a visão PAN da nossa comunidade. A introdução das figuras de cão comunitário, a eliminação da expressão de entretenimento onde não se adequa, a adequação essa, da fiscalização a atividades que causem danos temporários ou permanentes a animais, a possibilidade de fazer prova dos boletins de vacinação em formato digital ou a publicação de imagem dos cães do CROA nas redes sociais a cargo do município, são alguns bons passos nos cuidados que a cidade pode e deve ter para com todos os animais. Mas nem tudo são rosas, minhas Senhoras e meus Senhores. Continuamos a não proteger legalmente os e as bracarenses que se substituem ao município e alimentam os animais de rua e nem a ambulância animal foi disponibilizada à população para que numa emergência possa ser utilizada.*

*Devemos ainda registrar que os microchips dos animais errantes continuam a não ficar em nome da Câmara, e sim, em nome das associações, numa atitude de desresponsabilização municipal, que não se entende. Infelizmente, vemos também que este documento não acaba com a proibição de alimentação de pombos, não introduz os pombais contraceptivos, como principal meio de controlo da população, nem sequer proíbe a utilização de práticas que levem à sua morte. Continuamos ainda a não ver passos concretos em acabar com a utilização desumana de animais em meios de tração para fins de lazer, bem como a contínua falta de ambição na fiscalização da venda de animais, deixa-nos apreensivos. Fica a faltar, como sempre, a criação de um relatório do bem-estar animal, com cariz anual, onde deveria ser discriminada de forma transparente toda a atividade do Município em relação aos animais domésticos e de pecuária. Ficamos assim, com um regulamento de boas intenções que queremos que seja posto em prática, mas essencialmente que seja melhorado num futuro próximo, já com as contribuições da Provedora do animal e das conclusões dos seus trabalhos ao longo do tempo, bem como das outras associações animais da cidade e cuidadores individuais para que Braga seja, cada vez mais, uma cidade verdadeiramente amiga de todos os animais”. Interveio de seguida a Sr<sup>a</sup>. **Deputada do P.S., PALMIRA MACIEL FERNANDES DA COSTA** para dizer que: “estamos perante um regulamento que na realidade cumpriu todas as formalidades que tinha que cumprir até chegar a este ponto. O PS votou favoravelmente o regulamento, em sede de reunião de Câmara, vai repetir o seu voto porque com este regulamento a Câmara assume o respeito pela vida animal e no cumprimento deste regulamento prevê e é intenção diminuir atos de violência contra os animais, implementando medidas para combater o abandono e continuar com campanhas para adoção de animais. Sabemos que a relação afetiva entre as pessoas e os animais tem sido valorizada,*

*reforçada e estimulada. Hoje, a maioria das famílias gostam de conviver com um ou mais animais de companhia e, obviamente, lhe proporcionar um bem-estar a que tem direito, nem sempre conseguido e por isso necessita de ajuda, e este regulamento será ou poderá ser uma grande ajuda para resolver o problema dessas pessoas. Tem sim, é que ser levado a sério, mas ainda é lamentável que nas ruas de Braga existam tantos animais abandonados, nomeadamente cães e gatos, que sobrevivem graças às pessoas que os alimentam e também às associações que diariamente o fazem. Este regulamento está articulado em matéria de Bem-Estar Animal, com as medidas que vêm sendo tomadas também pelo Governo que, em conjunto com as autarquias e com as associações que trabalham em prol do bem-estar animal, empenhados todos em trabalhar para melhorar as condições de detenção e alojamento desses animais. Só com o compromisso, a responsabilidade e cooperação de toda a sociedade civil pelo respeito aos animais é que se encontrará esse equilíbrio. Por isso, devemos apelar cada vez mais a um compromisso responsável também por parte dos detentores dos animais e continuar a fazer tudo para que a liberdade de quem, por esta ou aquela razão, não opte por ter animais de companhia, também possa ser respeitada, fomentando assim uma harmonia entre o meio em que se inserem. E por isso reconhecemos que este é o caminho, mas deixo algumas sugestões que podiam reforçar esta preocupação e ajudar a reduzir o abandono escolar. Perante as inúmeras queixas que nos têm chegado de pessoas idosas que não têm mais condições para tratar os seus animais e tendo em consideração que o espaço do centro de recolha é já muito pequeno e está sempre lotado e por isso, para evitar essas queixas, nós apelamos a um aumento ou um estudo para o aumento dessas instalações, de forma a melhorar as condições atualmente existentes. Também, para que na realidade todos fiquem a saber se este regulamento surte ou não efeito também gostaríamos de ter aqui na*

*Assembleia Municipal um relatório que nos desse o número de animais que são rejeitados e não podem ser tratados nem recolhidos no centro, o número, por exemplo, de animais que têm que sofrer a eutanásia, e porquê. Todos aqueles dados que são precisos para perceber na realidade se o abandono ou diminui ou continua da mesma forma. Só assim sabemos se este regulamento vai surtir efeito. Se assim não for, então não passa de um grupo, de uma série de folhas de papel que existe, mas não se cumpre. Por isso, iremos votar favoravelmente, com esperança, daqui a uns tempos, ter aqui um relatório que nos possa traduzir a realidade da nossa cidade”. Usou depois da palavra o **Sr. Deputado do Chega, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO** para dizer que: “tenho animais de estimação e desde que me conheço tenho animais de estimação. Tenho um carinho muito grande pelos animais, mas há uma coisa que eu não posso esconder, gosto mais de pessoas que animais. E o PAN, insistentemente, vem falar em animais, animais, animais e esquece as pessoas. Desgraçados estamos, quando o periquito dormir na cama e a criança na gaiola. Desgraçados estamos, quando proibirem a pesca, porque o PAN diz que não se pode atar um anzol à boca do peixinho. E desgraçados estamos, quando o PAN conseguir levar avante o fim de uma tradição e de uma cultura portuguesa, como é a tourada. Todos compreendemos que para haver equilíbrio numa cidade é preciso a questão de os animais estar devidamente salvaguardada. Agora, chegarmos ao ponto de querer laquear as trompas das pombas, como essa proposta já surgiu por parte do PAN, para não haver reprodução, chegamos a um ponto em que estamos a esquecer o essencial, que são as pessoas e estamos a viver num mundo animalesco. Portanto, é bom que haja ponderação e é bom que haja o bom senso, e quando impera o bom senso, há o bom trato aos animais, mas primeiro têm que estar as pessoas”. Interveio novamente o **Sr. Deputado do P.A.N., TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA**, para referir: “ponto número um, muito sério, é*

*que o único partido que tem pessoas no nome é o nosso, não há mais nenhum. O segundo ponto, é que ninguém falou em laquear aquilo que o Sr. Deputado lá disse, mas já no congresso do seu partido houve alguém que propôs laquear as trompas das mulheres, e isso é que você havia de olhar para dentro do seu partido e pedir que não se realizasse”. Usou depois da palavra o **Sr. Deputado do C.D.S./P.P., GONÇALO NUNO LOPES DE CASTRO PIMENTA DE CASTRO** para dizer que: “Segundo um relatório da Ordem dos Psicólogos, o que podem fazer os animais de estimação pela nossa saúde psicológica e bem-estar? A ciência psicológica já há muito comprovou que, de muitas formas, os animais de estimação podem ajudar-nos a viver com saúde psicológica e bem-estar. Os animais de estimação, sejam eles cães, gatos, peixes, periquitos ou tartarugas, podem ser uma fonte importante de companhia, conforto, apoio emocional e motivação para os seus donos. Mas ter um animal de companhia não é algo que se possa concretizar sem ter plena consciência da decisão que estamos a tomar. A responsabilidade individual e conjunta por essa adição ao agregado familiar deve ser bem ponderada e sustentada em princípios de bem-estar, carinho e dedicação. O Município de Braga, por via do Regulamento Animal que apresenta para votação nesta Assembleia, assume o respeito pela vida animal, proibindo atos de violência contra animais e implementando medidas para combater o abandono e a contínua promoção da adoção de animais, permitindo assim uma maior dignificação e respeito pelos seus animais, assim como uma consciência coletiva do animal e do seu bem-estar. Saúda-se também uma política de divulgação do bem-estar animal, sua proteção, respeito e adoção responsável que o Município de Braga, através do seu pelouro da Política Animal, tem desenvolvido junto do universo de todos os munícipes. É muito importante também falarmos sobre tudo aquilo que tem sido o trabalho da Quinta Pedagógica e este trabalho de aproximação das pessoas aos*

animais e ao mundo rural e a importância que eles têm na vida das pessoas. Por esta razão, o Grupo Municipal CDS-PP da Assembleia Municipal votará favoravelmente este regulamento”. O Sr. Deputado do Chega, **ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO** tomou o uso da palavra para dizer que: “para repor a verdade, o Sr. Deputado do PAN não deve saber, mas eu passo a ler, isto foi apresentado pelo seu partido, em que recomenda, por uma política de bem-estar animal relativa aos pombos, em que propõe pombais contraceptivos. Um Partido como o seu, que vota a favor do aborto e depois vem com uma proposta destas, não tem legitimidade para vir falar sobre isto. E depois dizer-lhe o seguinte em relação à sua afirmação, o contexto em que foi falado, por um antigo membro do partido num congresso, não quer dizer que o partido subscreva tal afirmação, tanto é que essa moção foi rejeitada com quase a totalidade dos votos, foi proposta a expulsão desse militante, o que aconteceu porque consideramos isso extremamente grave. Portanto, é importante separar as águas e perceber do que estamos a falar. Foi uma afirmação infeliz que o Senhor aqui proferiu e recomendo-lhe que veja atentamente a proposta do seu partido em relação aos pombos. Mais uma vez reafirmo, vocês dão mais importância aos animais do que às pessoas. E o facto de terem as pessoas no vosso nome, não significa que falem nelas, porque tanto nesta Assembleia, como na Assembleia da República, não me lembro de ouvir nem o Senhor Deputado, nem a Senhora Deputada, nem Inês Sousa Real falar uma vez sobre pessoas, mas sim sobre animais”. A palavra foi dada ao Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** para, a propósito, destacar que: “Julgo que este regulamento e, como vimos, apesar de algumas divergências e apesar de algumas incursões por situações mais caricatas, é quase consensual entre as bancadas aqui da Assembleia Municipal, e nós, enquanto grupo municipal, temos também de parabenizar, o esforço que foi levado a cabo pela Câmara

*Municipal na elaboração deste regulamento. Como se viu, como já foi aqui reconhecido, é bastante abrangente, é muitíssimo específico quanto às obrigações que prescreve, relativamente à forma como devemos ou não devemos tratar os animais de estimação, mas também nas obrigações do próprio Município e de quem tem a seu cargo o dever de também tratar com dignidade os animais. E, portanto, desse ponto de vista, achamos que é um passo em frente que merece aqui a nota e não podemos deixar, apesar de não termos animais no nome, temos animais no partido e alguns partidos parece que se estão a transformar. De qualquer forma, o património que temos na história da defesa do meio ambiente e da salvaguarda também da dignidade dos animais no património do PSD, não poderia deixar de ser, virmos cá e reconhecer este trabalho do Município e dizer que medidas que julgamos que são paradigmáticas da forma como olhamos para o bem-estar animal e para o apoio até direto às famílias mais carenciadas para garantirem que esses animais tenham acesso a cuidados de saúde também, não sabemos se chegamos ao ponto dos contraceptivos, mas pelo menos relativamente às questões fundamentais da saúde dos animais e da sua dignidade, isso é assegurado por este regulamento, sem prejuízo, obviamente, de podermos continuar a trabalhar nele e a melhorá-lo, julgo que este é um passo decisivo que marca aqui claramente um ponto de viragem, do ponto de vista formal, porque acho que do ponto de vista material e substantivo, a Câmara já tinha dado passos larguíssimos na relação que tem com as associações de defesa animal, nas instalações que tem disponíveis e nos recursos humanos e técnicos e equipamentos, também na AGERE, não apenas diretamente na Câmara e, portanto, este momento de formalização neste regulamento, destas várias condições e até de apoios, como disse, às famílias mais carenciadas são algo que merece o nosso apoio e a nossa aprovação. Obviamente votaremos a favor e isto não pode, como aqui disseram, e bem, ser letra morta, a partir daqui a executar e*

*cá estaremos também para analisar essa mesma execução”. Posta à votação, foi a presente proposta **aprovada com duas abstenções do Chega**. Foi presente uma **Declaração de Voto pelo Sr. Deputado do Chega, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO**, referindo que: “Conforme já enumerei nas duas intervenções anteriores, o nosso sentido de voto foi abstenção, precisamente por causa disso, também reconhecemos a necessidade do bem-estar animal, mas também tememos que possa acontecer em Portugal o que aconteceu recentemente em Espanha. Uma notícia que é do conhecimento público, a agenda vinte-trinta espanhola, em que aprova, na lei do bem-estar animal, a descriminalização da zoofilia se o animal não for ferido. Isto é uma notícia do jornal espanhol, está em todos os sites espanhóis, pode ser consultado, vai ser aprovado pelo parlamento espanhol. Portanto, como receamos que esta contaminação chegue cá, só não votamos contra, precisamente, por respeito aos animais e a quem gosta dos animais, mas tememos que o pior esteja para acontecer e que este tipo de medidas cheguem a Portugal”. A **SRª. PRESIDENTE DA MESA** informou que o ponto número três da ordem de trabalhos, tinha uma adenda, enviada no dia anterior, com uma alteração a esse regulamento, proposta na reunião do Executivo Municipal. **PONTO NÚMERO TRÊS – REGULAMENTO DE ARRENDAMENTO ACESSÍVEL DO MUNICÍPIO DE BRAGA**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, a proposta do Executivo Municipal, aprovada na reunião de vinte e seis de dezembro do ano transato, relativa ao Regulamento de Arrendamento Acessível do Município de Braga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Aberta a discussão, começou por usar da palavra o **Sr. Deputado da CDU, ANDRÉ COSTA***



**CASTANHO CORREIA** para referir que: “a CDU acompanha esta medida proposta pelo Executivo, ficando demonstrado uma e outra vez que a intervenção do Estado se revela essencial para a vida da generalidade dos cidadãos nos aspetos que lhe são fundamentais. A falta de habitação é um problema com as costas largas, colocado com veemência nos últimos anos, mas é um problema que se impõe ciclicamente e que por isso não surpreende ou não deveria surpreender. Igualmente, é um problema que não se deixa de apresentar com algumas contradições. Nos últimos vinte anos, nunca se construiu tanto como se constrói hoje, e também nunca se viram tantas políticas de incentivo à reabilitação como se vêm hoje. Vejamos, por exemplo, o caso das ARUS, um sistema de incentivos fiscais ao nível do investimento na reabilitação, que permite a certos proprietários reconstruir a uma taxa de IVA reduzida e vender sem pagar o IMT. Os mesmos proprietários que agora poderão ver os seus imóveis isentos também de IMI ou de IRS ou IRC, se integrados neste programa de arrendamento acessível. A isenção de impostos é sempre uma política sonante, bastante popular, mas trata-se de correr atrás do prejuízo. A isenção fiscal não resolve o problema da enorme discrepância entre rendimentos das famílias e os custos associados ao imobiliário, e tão pouco resolve o problema da carência de fogos e fogos com qualidade, com áreas confortáveis, bem enquadrados urbanisticamente e energeticamente sustentáveis. Acompanhamos esta medida, mas para a CDU, um verdadeiro programa de arrendamento acessível, deve assentar sobretudo numa aposta clara na habitação pública e na promoção de construção a custos controlados, disponibilizando assim fogos a preços justos e compatíveis com os rendimentos das famílias. Da mesma forma, é preciso pensar noutros modelos de propriedade, nomeadamente na questão da propriedade coletiva organizada em torno de cooperativas. Uma e outra medida têm mais do que provas dadas na realidade portuguesa, realidade precária,

um dos países mais pobres da Europa e, contraditoriamente, com menor parque de habitação pública. Lembrar ainda que neste impasse de uma política de habitação débil, onde os verdadeiros beneficiados são quem acumula propriedade e riqueza, continuam cerca de trezentas e cinquenta famílias em lista de espera para ter habitação. Que na calha estão muitas outras famílias cujos rendimentos começam a ficar limitados e estão também muitos jovens. Atualmente, começar a trabalhar deixou de significar ser independente. Os salários de início de carreira são esmagados pelos custos de vida onde a maior fatia vai para rendas. Isto significa mais uma sobrecarga para as famílias e para os rendimentos das gerações mais velhas que, depois de terem de sustentar uma juventude que estuda, agora também têm que sustentar uma juventude que trabalha”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO** para dizer que: “O Programa Municipal de Arrendamento Acessível não irá por si só resolver os problemas de habitação, já que, na minha opinião, o grande problema atual é a existência de uma bolha imobiliária nacional que muita gente sabe que vai rebentar, mas ninguém sabe quando é que ela irá estourar. Ora, essa bolha imobiliária não é acompanhada pelos aumentos salariais desde a classe média baixa até à classe média alta, por forma a criar razoabilidade nos valores das habitações. Entre dois mil e cinco e dois mil e quinze, os preços das casas mantiveram-se praticamente estagnados, muito devido à crise de dois mil e oito. De dois mil e quinze até dois mil e vinte e três, o preço médio do metro quadrado em Braga aumentou noventa e oito por cento. Ora, o salário mínimo aumentou cinquenta por cento e o salário médio, isto pelas contas do Senhor Primeiro-Ministro, não chegou aos trinta por cento, sendo que quem compra a casa não afluente o salário mínimo. É usual haver hoje pequenos apartamentos no centro urbano a custarem tanto como custavam há meia dúzia de anos, grandes moradias

nesses mesmos centros. Mesmo a classe média e a classe média alta, que ainda consegue comprar habitação, fica refém de um empréstimo que pesa de tal forma que limita muitas vezes a vontade de aumentar o agregado familiar. Esse aumento de preços nas casas poderia ser um catalisador do mercado de arrendamento, mas o que se tem passado é que não existe também no arrendamento urbano uma evolução similar à evolução dos ordenados em Portugal. Sendo assim, temos em mãos um problema grave e que este programa municipal de arrendamento acessível ajuda a mitigar na classe média, pelo que merece a minha aprovação. Mas agora que vão obrigar os proprietários a arrendar coercivamente as suas habitações, tudo vai ser resolvido. Já dizia a Rainha Santa: “são rosas, Senhor.”

**O Sr. Deputado do Aliança, JOSÉ CARLOS VAZ DA SILVA** tomou o uso da palavra para salientar que: “O Regulamento do Arrendamento Acessível que apreciamos e votámos neste ponto quatro embora seja um programa municipal de promoção de oferta para arrendamento acessível habitacional, é compatível com o programa de arrendamento acessível por parte da ERU, previsto no Decreto-Lei sessenta e oito de dois mil e dezanove. E, numa primeira análise, segundo os números nacionais publicados em finais de dois mil e vinte e dois, das trinta mil candidaturas, foram celebrados apenas novecentos e cinquenta contratos em todo o país. Estes números, passados três anos, confirmam o fracasso do programa. O direito à habitação está consagrado no artigo sessenta e cinco da Constituição da República Portuguesa, como um direito fundamental de todos os cidadãos impondo ao Estado um conjunto de obrigações que não têm sido cumpridas. A criação de condições para o acesso a este direito através do mercado de habitação tem sido insuficiente ao longo de gerações e tornou-se um dos maiores desafios na atualidade. Por um lado, Portugal é o mercado da Europa, com uma oferta de habitação nova mais reduzida. De acordo com o estudo da IFO, especialista em mercados de construção civil e

*imobiliário, Portugal está a conseguir construir e entregar uma média inferior a um virgula cinco habitações novas por mil habitantes. O valor mais baixo dos dezanove países europeus analisados e aponta como razão os obstáculos do mercado, como regulamentação ambiental mais apertada, falta de mão de obra e a falta de espaço para construir. Por outro lado, somos também um país em empobrecimento acelerado, segundo o Eurostat, em Portugal, a taxa de risco de pobreza ou exclusão social foi de vinte e dois virgula quatro por cento em dois mil e vinte e um, uma subida de dois virgula quatro pontos percentuais face a dois mil e vinte, sendo o maior aumento verificado nos países da União Europeia em dois mil e vinte e um. Um dos vetores em que é manifesto o empobrecimento e mesmo a exclusão de largas camadas da população, reside na dificuldade de acesso à habitação em condições compatíveis com a respetiva capacidade económica. Em dois mil e vinte e um, ainda segundo o Eurostat, os portugueses em situação de risco de pobreza gastam trinta virgula sete por cento do seu rendimento disponível em habitação. É nossa convicção não ser possível fazer frente ao empobrecimento e erosão dos direitos sociais dos portugueses sem uma forte e urgente intervenção municipal. Pelo exposto, e a par da estratégia local de habitação, que regista o maior investimento de sempre em habitação no Município de Braga, da maior celeridade no licenciamento, da atualização do PDM e da reabilitação da devoluta Fábrica Confiança para alojamento universitário, o Grupo Municipal do Aliança vota a favor o Regulamento Municipal de Arrendamento Acessível.” A palavra foi dada ao Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES para, a propósito, destacar que: “A habitação é um direito que está consagrado no artigo sessenta e cinco da Constituição da República Portuguesa. A Câmara Municipal de Braga **ciente** da sua responsabilidade nesta matéria, **aprovou** por unanimidade o Regulamento Municipal do Arrendamento Acessível*

*que, entre outras normas, isentam os senhorios de pagamento de IMI, durante o período de vigência dos contratos de arrendamento com a Bragahabit. Esta medida constitui, assim, um incentivo adicional para os senhorios aderirem ao programa. São conhecidos os problemas habitacionais que se verificam no concelho, com um aumento exponencial dos custos habitação, seja ao nível do arrendamento, seja a nível da aquisição para habitação própria permanente. Por isso, há uma necessidade real de criar instrumentos realistas e legítimos numa economia de mercado que contribuam para a existência de alternativas acessíveis e compatíveis com os rendimentos dos agregados familiares. O aumento crescente das rendas praticadas no Mercado Livre coloca vários problemas ao nível do acesso à habitação e ao nível da qualidade de vida das populações, com impacto na coesão social e territorial do concelho, pelo que se verifica a necessidade de estimular a promoção de novos programas de arrendamento de habitações a valores intermédios, permitindo o acesso a uma habitação adequada, sem que isso provoque uma sobrecarga insustentável no orçamento familiar. Neste contexto, em boa hora o Município de Braga decidiu criar um programa municipal de arrendamento acessível, alargando a oferta de habitação para arrendamento a preços reduzidos e compatíveis com os rendimentos dos agregados familiares, em termos da sua taxa de esforço e tipologia, colmatando as necessidades habitacionais das famílias, cujo nível de rendimento é superior ao que usualmente confere o acesso à habitação em regime de arrendamento apoiado, mas que não lhes permite aceder ao mercado livre de arrendamento habitacional. **Trata-se** de mais uma resposta habitacional para os agregados familiares que não podem usufruir do arrendamento apoiado, que também visa incentivar os senhorios a disponibilizar as suas propriedades para arrendamento em regime de renda acessível. O Estatuto Municipal dos Benefícios Fiscais em vigor já isenta os*

mesmos de tributação em IRS e em IRC pelo período de duração dos respetivos contratos nos rendimentos prediais obtidos no âmbito dos programas municipais de oferta para arrendamento habitacional a custos acessíveis. A tudo isto soma-se agora à isenção de IMI por parte da Câmara. **Não** obstante significar uma perda efetiva de receita, os benefícios decorrentes desta medida são claramente superiores aos custos, designadamente por estar em causa a garantia do direito à habitação consagrado constitucionalmente. Importa ainda destacar que este regulamento está enquadrado pela nova Estratégia Local de Habitação de Braga, recentemente aprovada pelo IRU, a qual priorizou a resolução de situações habitacionais indignas, mas também diversos tipos de carências habitacionais. A nova estratégia local é um verdadeiro instrumento que define a estratégia de intervenção do Município de Braga em matéria da política de habitação. O investimento global previsto ascende a cento e vinte e três milhões para cerca de mil duzentos e oitenta e quatro fogos ou, simultaneamente, agregados familiares. Está prevista a reabilitação de frações habitacionais e de outros equipamentos públicos, a aquisição de terrenos e de frações habitacionais para arrendamento. O arrendamento de frações habitacionais para subarrendamento e a construção de novos edifícios até **dois mil e vinte e seis** como soluções para dar resposta às condições indignas pelo Município de Braga, pela **Bragahabit** e pelos outros promotores. O financiamento, meu caro João, não é só do PRR, tem também financiamento de parceiros privados. Vamos ver se se consegue concretizar até dois mil e vinte e seis porque, como bem sabes, os dois mil e oitocentos milhões de euros que estão **previstos para a habitação** do PRR muito provavelmente não serão executados, não por falta de vontade, mas por falta de prazo, e não tem nada a ver porque a vossa ministra da Habitação é bem pior. **Ou seja**, o Município de Braga não precisa da grande propaganda socialista e mediática, nem de atentar contra o

*direito da propriedade privada, como faz o governo socialista, para promover mais e melhor habitação. É por causa disso, e não só, que o grupo municipal do CDS manifesta a sua concordância com o Regulamento do Arrendamento Acessível e irá votar favoravelmente a respetiva proposta de regulamento que se submete a sufrágio nesta Assembleia.” Usou também da palavra o Sr. Deputado do Chega, **ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO** para dizer que: “Relativamente ao programa de arrendamento acessível proposto pelo Executivo, apraz-nos dizer que subscrevemos com entusiasmo as várias medidas constantes neste programa, **uma das quais a isenção do IMI aos proprietários que colocam os seus imóveis no mercado, em contraste claro com o que foi apresentado pelo Governo. O Governo da República, como é de conhecimento de todos, apresentou um programa que mais não passa do que mera propaganda de ataque à propriedade privada, esquecendo-se também o governo socialista que a propriedade privada é um direito consagrado na Constituição e que o direito à habitação, outro direito consagrado na mesma Constituição, não se sobrepõe a este direito. Não há sobreposição de direitos constitucionais. Portanto, o Sr. Primeiro-Ministro e a Ministra da Habitação, deviam ter presente isso antes de virem com folclores e propagandas políticas de medidas que sabendo eles que não são exequíveis, presumo, que será certamente para abafar os casos mediáticos de mais **Ministros** ou **Secretários de Estado** que trouxeram um tema que ia ser controverso e que não ia ser exequível. Mas, uma vez que o que é proposto pelo Governo não é exequível, compete às autarquias tentar fazer a sua parte, e aqui, seja dito, em abono da verdade, a autarquia de Braga, para bem de todos os bracarenses, correspondeu a esta chamada, utilizando os valores e a dotação disponibilizada pelo PRR, não só, mas também, e naturalmente que alguém tem que aproveitar PRR, se o Governo não vai conseguir cumprir os prazos de execução, alguém tem que aproveitar o pouco que vem. Também saudar***

as pessoas que serão abrangidas por estas medidas, desde famílias monoparentais, a pessoas portadoras de deficiência, a famílias numerosas e também há uma coisa que eu registei com agrado, percebo que os Senhores Deputados do Partido Socialista estejam muito inquietos. Se tivesse um governo como o vosso também estaria certamente. Permitam-me só fazer um parêntese Senhora Presidente, antes de concluir o raciocínio, podemos nunca lá chegar, mas se lá chegarmos não faremos as vergonhas que os senhores fazem. Concluindo, trabalhadores da comunidade académica e científica, **e aqui**, se o Executivo me permite, sugeria acrescentarmos algo mais, não só os trabalhadores da comunidade académica, mas também os estudantes, porque esses estudantes do ensino superior não se enquadram nos jovens em início de vida. Os jovens em início de vida estarão numa fase mais avançada da idade, e temos uma universidade de grande prestígio, que é procurada por imensos estudantes de vários pontos do país, que muitas vezes não vêm estudar para a Universidade do Minho, porque não conseguem arranjar habitação que os pais consigam pagar. Portanto, sugeria acrescentarmos também aos jovens que escolhem a Universidade do Minho para continuar os seus estudos académicos. Da mesma forma que deixamos também outra sugestão ao Executivo, que seja, das duas uma, ou criada uma nova empresa municipal, que faça a gestão destes contratos de arrendamento e subarrendamento, ou então, um próprio gabinete dentro da autarquia, em estreita colaboração com o Gabinete de Apoio ao Município, porque entendemos que a competência da Bragahabit é do alojamento social, é um alojamento que entendemos como sendo distinto do arrendamento acessível. A Bragahabit está a fazer o seu trabalho, reconhecemos que está a fazer o seu trabalho bem feito, na medida do possível e do seu orçamento, mas estamos, a nosso ver, a confundir duas questões diferentes, uma que é a habitação social e outra que é o arrendamento acessível. É a proposta que deixamos, no entanto, estas



*duas propostas não invalidam que votemos favoravelmente este regulamento”. O Sr. Deputado do P.S., JOSÉ MIGUEL FERREIRA DA SILVA disse, a este propósito, que: “Sabemos que a habitação é um direito fundamental e que a falta de acesso a uma habitação digna e a preços justos pode trazer graves consequências globais e, sobretudo, sociais. E diz-nos também a nossa Constituição da República Portuguesa, também, como aqui hoje já foi referido, que o direito à habitação se assume como a base de uma sociedade estável e coesa. Assim, a existência de respostas adequadas, inclusivas e sustentáveis ao nível da habitação, assumem-se naturalmente como fator chave para dar resposta àqueles que são elementos fundamentais e inalienáveis das sociedades modernas, além de serem pilares básicos de conexão numa sociedade que se pretende global e equitativa. O direito à habitação e a uma vida condigna. E todos nós temos, por isso, a responsabilidade de garantir que isto acontece na nossa sociedade. Infelizmente, a crise habitacional com que nos deparamos é um problema crescente, não só em Braga, mas em muitas outras cidades. É inegável que este flagelo com que hoje nos deparamos e que constitui uma barreira para muitas famílias e, sobretudo, para muitos jovens que desejam ter um lugar para morar e que desejam também emancipar-se nas suas vidas, enfrentam graves dificuldades devido à falta de oferta de habitação a preços acessíveis. Isto é um problema que afeta não apenas as famílias com baixos rendimentos, mas também famílias de classe média. Nos últimos anos, vários estratos sociais têm vindo a ser afetados devido aos preços que são praticados, que se tornam completamente insustentáveis, quer de arrendamento, quer para aquisição de habitação própria permanente, e em consequência disso, muitas famílias ficaram sem o seu direito à habitação assegurado, tendo sido com isso empurradas, muitas das vezes, para fora dos seus concelhos e para longe dos seus locais de trabalho. E para o PS, a qualidade de*

vida das pessoas terá sempre de ser prioritária, face àquilo que são os interesses económicos alheios. Isso é factual e é tão factual que este próprio regulamento resulta de uma das prioridades do atual Governo e que está consubstanciada numa nova geração de políticas para a habitação e que aponta como principal objetivo garantir o acesso à habitação a todos os que não têm resposta por via da oferta do mercado. Para alcançar esses mesmos objetivos e dar uma resposta urgente e prioritária às situações de carência habitacional e com isso promover assim uma oferta pública de habitação, criou o Programa de Arrendamento Acessível através do Decreto-Lei número sessenta e oito barra dois mil e dezanove e que prevê, desta forma, uma compatibilidade com programas municipais de promoção da oferta para arrendamento habitacional. O Grupo Municipal do PS é também favorável a todas as medidas que ajudem a concretizar o direito à habitação e, no geral, consideramos este programa positivo e, sobretudo, necessário. Contudo, embora o Partido Socialista reconheça que o presente regulamento constitui um importante instrumento de política pública no que à habitação diz respeito, consideramos, no entanto, que está ligeiramente desatualizado e desfasado da estratégia nacional apresentada e não dando assim respostas completas para o problema da habitação. Ora vejamos. Desde logo, o nome que não corresponde com aquela que foi a nova denominação atribuída por via do **Decreto-Lei** número noventa C barra dois mil e vinte e dois, de trinta de dezembro e que altera, agora, o Programa Arrendamento Acessível para Programa de Apoio ao Arrendamento. O número dois do artigo vinte e três, na alínea b), deste regulamento, diz, e muito bem, e ressalvo, que a Bragahabit poderá adotar critérios de preferência, desde que visem atração de jovens para rejuvenescer o tecido urbano e também para atrair famílias que não sejam do concelho, para que desta forma criem laços de relação e de afeto com a cidade. No entanto, este mesmo regulamento contraria totalmente esta vontade e

vai também contra o que está patente no **Decreto-Lei** que cria o Programa de Apoio ao Arrendamento. O número um e o número dois do artigo seis do regulamento que aqui hoje é trazido, refere que os contratos de arrendamento têm uma duração de três a cinco anos e que os contratos de arrendamento celebrados com uma duração inferior a cinco anos, não poderão ser enquadrados no âmbito do programa de arrendamento acessível, não lhes sendo por isso aplicável os benefícios fiscais. Mas não é isso que nos diz o **Decreto-Lei** número noventa C barra dois mil e vinte e dois, que refere agora no seu artigo número seis, referente às finalidades e também aos prazos mínimos de arrendamento, que os contratos de arrendamento no âmbito do Programa de Apoio ao Arrendamento podem ter a finalidade, ora de residência permanente, ora de residência temporária para estudantes e formandos, bem como para formadores, técnicos especializados e pessoal docente e não docente de todos os níveis de educação ou formação escolar e profissional, sendo que no caso da residência permanente o prazo mínimo é de cinco anos e não de três, como aqui referem, e no caso de ser uma residência temporária, o prazo de arrendamento pode ser inferior e assumir, desta forma, uma duração mínima de nove meses. Também o artigo vinte e sete deste regulamento, referente aos impedimentos, diz-nos que quem esteja a usufruir de apoios financeiros públicos para fins habitacionais está impedido de se candidatar a este programa municipal. Ora, uma das grandes alterações introduzidas no Decreto-Lei número noventa C barra dois mil e vinte e dois, com o objetivo que visa aumentar, desta forma, o leque de jovens que podem aceder ao Programa de Apoio ao Arrendamento, passa, desta forma, a incentivar a utilização dos dois programas em simultâneo, quer o “Porta sessenta e cinco Arrendamento Jovem”, como também o programa de apoio ao arrendamento, tendo em vista alargar o leque de apoios proporcionados aos mais jovens, em particular. E porque para o PS, um regulamento municipal que promova

*o acesso a uma habitação compatível com os rendimentos das famílias constitui um importante instrumento de política pública de defesa do direito à habitação, votará favoravelmente esta proposta. Contudo, solicitamos que estes nossos reparos, aqui hoje apresentados, sejam tidos em conta e com isso, possamos tornar desta forma este regulamento o mais abrangente possível e cujas disposições também nele explicitas, assegurem o cumprimento dos requisitos de compatibilidade dos programas municipais explícitos no Decreto-Lei que cria agora o Programa de Apoio ao Arrendamento. Defendemos, por último, que este regulamento passe, também, depois, por um processo de monitorização periódica, com a devida apresentação de um relatório que possa ser avaliado pelos órgãos municipais e, nomeadamente, por esta Assembleia Municipal.” Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** para dizer que: “o Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente este regulamento, sendo certo que não acredita nos seus efeitos. Braga é uma cidade que tem ruas inteiras que pertencem ao mesmo senhorio, seja ele uma instituição ou um privado e o Estado também com prédios devolutos e abandonados. Desde que o Bloco está nesta Assembleia Municipal, tem advertido os executivos camarários, não só este, mas o anterior também, para que fosse feito um inventário que nunca foi feito, pelo menos nunca veio à luz do dia, se foi feito, está dentro de alguma gaveta e, portanto, os despejos continuam-se a fazer, as rendas continuam a subir todos os dias e vão continuar, ou seja, o Estado é que vai suportar isso, os senhorios estão sempre bem. Constou-nos até que nas imediações da Universidade, os senhorios já querem que os estudantes façam contratos para o curso completo, porque já estão com medo da concorrência da residência de estudantes que vai ser construída. Passaram-me essa informação e, portanto, aqui fica. Como já se falou aqui muito na Constituição, penso que melhor do que tudo o que possa dizer, a Constituição diz no artigo*

*sessenta e cinco, “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, com condições de higiene e conforto, e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar. Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social. Promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais para a construção de habitação económica e social. Estimular a construção privada com subordinação ao interesse geral e o acesso a habitação própria ou arrendada. Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e de autoconstrução. O Estado adotará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria. O Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais definem as regras de ocupação, uso e transformação dos solos urbanos, designadamente através de instrumentos de planeamento, no quadro das leis respeitantes ao ordenamento do território e ao urbanismo e procedendo às expropriações dos solos que se revelem necessárias à satisfação dos fins de utilidade pública urbanística. É garantida a participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento urbanístico e de quaisquer outros instrumentos de planeamento físico do território”. Está aqui o programa todo. Tudo aquilo que a gente possa dizer, não substitui isto, só que isto não está a ser feito. Na nossa autarquia não há bolsa de terrenos, não houve expropriação, não foi necessário. No entanto, a crise da habitação já vem desde quando? Foi agora, este ano, desde que há PRR? Não é o PRR que vem resolver o nosso problema de habitação. São medidas concretas que respeitem o que está na Constituição e que*

permitam de uma vez por todas, resolver o problema da habitação. Porque com direitos fundamentais não se negocia. Os direitos fundamentais não são para o negócio, são direitos que cada um tem e que o Estado tem que cumprir. E aos privados, restará um papel subsidiário, que tem que ser bem definido e que não pode ser para obter lucros à custa de quem tem o direito.”

Interveio depois o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** para dizer que: “Este tema é muitíssimo importante, e como temos visto pelas várias intervenções das bancadas, a atualidade é indiscutível. Aquilo que estamos aqui a discutir é a medida em si e aquilo que o município aqui propõe como uma das soluções, porque é importante dizê-lo e julgo que isso é fundamental, a resposta do município, ao contrário do que parece ter sido aqui dito anteriormente, não foi propriamente a de esperar pelo problema e a de não fazer nada para o resolver. Pelo contrário, nos últimos mandatos desta maioria, tudo aquilo que tem sido feito é justamente com o propósito de requalificar, nomeadamente os bairros sociais, algo que é muito palpável, visível e que as populações já têm sentido essas melhorias, um processo que, de resto, continua e tem continuado a bom ritmo e não se tem ficado por aí. **Como** sabemos, por programas como o RADA, que têm sido sucessivamente reforçados e que tem uma perspetiva de reforço ainda maior para os próximos anos, têm dado respostas concretas à população, nomeadamente no que diz respeito ao acesso à habitação, seja ela por via de uma habitação do Município ou de um apoio ao arrendamento porque é isso que interessa é, como se diz aqui e bem, concretizar um direito fundamental. E esse direito fundamental não é um direito fundamental de propriedade, é um direito fundamental ligado à possibilidade de se ter uma casa onde se viver e uma casa com dignidade. É com base nessa prioridade que se tem trabalhado e, se calhar, talvez por isso, e talvez pelo sucesso do Município nessas mesmas políticas, sem desprimor e sem prejuízo de existirem problemas que são

*transversais na sociedade portuguesa e aos vários concelhos de Portugal, sobretudo os mais expostos à demografia como Braga, tem havido, como sabemos, um crescimento populacional em Braga, que é a medalha pelo sucesso destas políticas de atração de população, pela fixação dessa população e que terá também muito que ver com os vários programas que o município foi implementando, direta e indiretamente promovem, quer o acesso à habitação, quer o acesso a benefícios, do ponto de vista dos serviços do Município, para as famílias, por exemplo. Isto não é despiciendo. E quando vemos que, de acordo com os dados do INE que todos conhecemos, Braga cresceu, como cresceu, isto deve-se a algum motivo e seguramente não foi pelo facto de o Município estar de braços cruzados. Temos hoje, e isso foi algo que o Vereador do Urbanismo ainda há pouco referiu no espaço público, mais gente no centro da cidade, mais vinte e cinco por cento de gente no centro da cidade. Isto não é normal e não é gente do alojamento local, não vale a pena vir para aqui com o fantasma do alojamento local, estamos a falar de gente que reside efetivamente no centro da cidade e a requalificação e recuperação do centro da cidade é uma realidade. Temos mais jovens, temos mais famílias a residir em Braga e isso é também o resultado destas várias políticas agregadas que dão e que oferecem esta resposta qualificada aos cidadãos. Chega? Não. É preciso fazer melhor? Com certeza, mas julgo que Braga estará seguramente na linha da frente, e aí, a tal Ministra da Habitação, que é amiga do Carlos Videira da Bragahabit, também lhes poderá dizer que sim, Braga está, de facto, na frente deste processo de resposta pública aos desafios que existem no acesso à habitação. E isso também é importante reconhecer, mecanismos e estratégias que uma estratégia é um local de habitação, dão boa medida dessa prioridade e dessa concretização de políticas que o Município tem conseguido por no terreno. A revisão do Plano Diretor Municipal, que está infelizmente travado, como já tivemos a oportunidade de saber,*

*por força dos serviços centrais e das entidades regionais que têm competência para o aprovar e que já deveriam ter dito alguma coisa sobre o processo relativo ao PDM, mas esse processo de PDM tem subjacente uma ideia de alargamento e de possibilidade de alargamento da construção, que é um dos fatores, como vimos aqui, que tem sido fortemente penalizado nas últimas décadas. Não temos construção como nunca, pelo contrário, estamos com um défice de construção como nunca, e, no entanto, temos o problema que temos. Temos também, do ponto de vista da mobilização dos apoios à habitação por parte do Município, uma estratégia concreta que, hoje, aqui no caso, nos é dada pelo Regulamento de Arrendamento Acessível. E achamos até estranho que o Partido Socialista nos venha aqui apontar algumas críticas, que poderão ter algum merecimento, mas que ainda não foram, tanto quanto sabemos, postas no Executivo, quando se votou e se analisou este mesmo regulamento e até estranhámos porque, como foi aqui dito, e bem, este programa municipal tem que se compatibilizar com o programa nacional e da parte do IRU, que é a entidade que o faz, não houve qualquer problema em considerá-lo compatível com o programa nacional. Portanto, acho muito estranho que venha agora com questões ligadas à operacionalização deste programa, que está mais do que aprovado, que está mais do que reconhecido como compatível com a lógica nacional e muito bem, e se houver alterações e melhorias a fazer, seguramente que elas serão feitas, julgo que isso não vem aqui é a talhe de foice de crítica, pode ser um melhoramento que pode ter, entretanto, acontecido, mas que tem que ver com um processo legislativo contínuo e que percebemos, mas não me venham dizer que é esse o âmago deste programa e que é esse o grande problema que têm aqui a indicar. Este programa municipal tem duas grandes vantagens, uma delas já foi aqui posta em cima da mesa, que é a questão da isenção do IMI, como já sabemos, que se adiciona às isenções dos impostos, através do programa nacional, mas tem*



também algo que o programa nacional não faz, que é, o Município vai acabar por garantir ele próprio rendas e contratos de arrendamento, mesmo que o arrendatário final não esteja, coisa que o programa nacional não faz. E isto é muito importante, porque o senhorio passa a ter uma segurança relativamente ao contrato de arrendamento e à sua concretização, que não tem com o mero efeito do programa nacional, e, portanto, esta intermediação do Município é ela própria muito importante e traz aqui uma dimensão adicional que é importante reconhecer. **No mais**, julgo que este caminho que temos trilhado, como disse, com a questão do PDM, com a questão da Estratégia Local de Habitação, a revisão das ARUS, com os vários apoios que hoje conhecemos, que vão desde o arrendamento apoiado ao subarrendamento a ao crescimento do RADA, a programas de residência partilhada e de eficiência energética, o tal programa, também inovador de apoio aos empréstimos bancários e ao pagamento dos empréstimos bancários, são todos eles a demonstração clara de que o Município não está parado, pelo contrário, não espera pelos planos nacionais, pelo contrário, e está ativamente empenhado em garantir aos cidadãos que viva em Braga, que se fixem em Braga, que tragam cada vez mais população em Braga, porque aqui sim, têm respostas e respostas múltiplas e transversais para os problemas que hoje em dia se colocam com particular acuidade, como é óbvio, com particular relevância no aumento do custo de vida, quer na habitação, quer noutros elementos. É por isso que digo que é importante também **relevarmos** a questão dos transportes públicos, a questão das tarifas solidárias, as questões das tarifas promocionais para as famílias numerosas, um conjunto de benefícios, os manuais escolares, que aqui foram pioneiros na cidade de Braga, oferecidos nas escolas. Tudo isso concorre para que tenhamos um Município verdadeiramente, familiarmente responsável, não só no galardão, mas na prática. É isso que temos ganho ano após ano. É de facto, um Município

familiarmente responsável”. Interveio depois o Sr. Deputado do P.S., **JOSÉ MIGUEL FERREIRA DA SILVA** para referir que: “Partido Socialista não veio aqui fazer nenhuma crítica, veio apresentar um contributo que acredita ser válido para aquilo que entendo ser uma política de habitação justa e atual às necessidades também da cidade e das nossas famílias. Aquilo que disse aqui, de facto, é uma verdade, porque quando efetivamente o programa ou regulamento foi apresentado, o IRU certamente não encontrou qualquer tipo de incompatibilidade, porque à data ainda não havia sido apresentado nem aprovado o novo Decreto-Lei. Portanto, à data de hoje, isso sim, este regulamento não está compatível com aquilo que está adjacente no Decreto-Lei agora aprovado. O que o PS aqui veio fazer, até porque o dissemos é que íamos votar favoravelmente este regulamento, foi apresentar um contributo para que, de facto, este regulamento, ao sair para a rua e ao ser agora apresentado e aprovado, esteja já de acordo com a realidade atual e ajustado às necessidades também atuais e o que pedimos é que os nossos contributos sejam tidos em conta, nada mais, apenas isso.” Posta à votação, foi a presente proposta **aprovada por unanimidade**. A **SRA. PRESIDENTE DA MESA** solicitou a comparência dos líderes das diversas bancadas para decidirem sobre a continuação dos trabalhos, tendo informado que, atendendo à disponibilidade de datas, ficou decidido que aquela sessão teria continuidade no dia dez de março, pelas vinte e uma horas, em espaço a designar. **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**: A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, dois e três, de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. **ENCERRAMENTO**: À uma hora, a Senhora Presidente da Mesa deu por

*encerrados os trabalhos desta sessão de vinte e quatro de fevereiro de que para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.*